

AUTONOMIA ESTRATÉGICA DE POTÊNCIAS MÉDIAS: OS CASOS DA TURQUIA E EMIRADOS ÁRABES UNIDOS DA PRIMAVERA ÁRABE À GUERRA DA UCRÂNIA

STRATEGIC AUTONOMY OF MEDIUM POWERS: THE CASES OF TURKEY AND THE UNITED ARAB EMIRATES FROM THE ARAB SPRING TO THE UKRAINE WAR

ÉRICO ESTEVES DUARTE

RESUMO

Este ensaio analisa as inserções internacionais da Turquia e dos Emirados Árabes Unidos (EAU), que desafiam as definições convencionais de potências médias ao adotarem políticas externas marcadas por autonomia estratégica e uso da força. Após a Primavera Árabe, a Turquia transitou de orientação ocidental baseada em poder brando para emprego sistemático de intervenções militares diretas e por procuração, consolidando-se como polo global na produção de Sistemas Aéreos Remotamente Tripulados (SARPs) e estabelecendo presença militar em cinco países. Os EAU investiram na modernização militar e no uso extensivo de empresas militares privadas, consolidando-se como ator central no Grande Oriente Médio. Aplicando modelo conceitual baseado em cinco componentes — busca por status regional, primazia da estabilidade do regime, gestão diversificada de alianças, redução da dependência externa em defesa e exportação de capacidades militares —, a análise revela que a Turquia amplia progressivamente sua autonomia militar, enquanto os EAU mantêm substantiva dependência de recursos externos, com limitado efeito multiplicador.

Palavras-chave: Emirados Árabes Unidos; Turquia; Autonomia Estratégica; Indústria de defesa; política externa.

ABSTRACT

This essay analyzes the international insertions of Turkey and the United Arab Emirates (UAE), which challenge conventional definitions of middle powers by adopting foreign

policies marked by strategic autonomy and the use of force. After the Arab Spring, Turkey transitioned from a Western-oriented approach based on soft power to the systematic use of direct and proxy military interventions, establishing itself as a global hub in the production of Unmanned Aerial Systems (UAS) and establishing a military presence in five countries. The UAE invested in military modernization and the extensive use of private military companies, consolidating itself as a central actor in the Greater Middle East. Applying a conceptual model based on five components — pursuit of regional status, primacy of regime stability, diversified management of alliances, reduction of external defense dependence, and export of military capabilities — the analysis reveals that Turkey is progressively expanding its military autonomy, while the UAE maintains substantial dependence on external resources, with a limited multiplier effect.

Keywords: United Arab Emirates; Turkey; Strategic Autonomy; Defense Industry; Foreign Policy.

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio apresenta um terceiro resultado da pesquisa “Sul Global, Transição de Poder e Inovações Militares no Século 21: Estudos Comparados entre África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Taiwan e Turquia”, realizada pelo Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Enquanto os dois primeiros abordaram Taiwan e a África do Sul, o presente ensaio foca na Turquia e nos Emirados Árabes Unidos (EAU), apresentando resultados distintos. Enquanto os dois primeiros estudos destacaram os constrangimentos enfrentados por dois países devido à atuação das grandes potências em suas regiões, existem diferenças nos casos turco e emiradense. Ambos os países se destacam por estratégias de inserção internacional que apresentam elevado grau de ousadia, multidimensionalidade e alcance extrarregional, sem renunciar ao uso da força como meio de obtenção de seus interesses nacionais. Esses padrões de comportamento desafiam a compreensão convencional de potências médias e se evidenciam como casos que, de maneira sistemática, buscam, com considerável êxito, inserções internacionais de autonomia estratégica.

O conceito mais objetivo de “grande potência” das teorias das relações internacionais as define como países com grandes exércitos terrestres, capacidade de retaliação nuclear, grande população e substantiva riqueza mobilizável (Mearsheimer, 2003). Esses são os atores internacionais com maior autonomia de suas políticas domésticas e externas e com maior potencial de gestão internacional. Isso lhes garante melhores condições de preservação de seus interesses nacionais, exploração de oportunidades no exterior, mitigação de crises transnacionais e blindagem à influência de rivais (Gilpin, 1983, p. 106–155; Waltz, 1979, p. 105–107).

Há um amplo consenso de que três países atendem plenamente à definição de grande potência: Estados Unidos, Rússia e China. Entretanto, as teorias das relações

internacionais ainda apresentam limitações ao explicar a atuação significativa de países que não se qualificam como grandes potências. Potências médias deveriam operar com parâmetros de atuação mais restritos, possuindo uma projeção de poder econômico ampla, porém com um poder militar limitado à sua região. Seus engajamentos extrarregionais deveriam ocorrer por meio de coalizões, diplomacia e diferentes formas de poder brando (Cooper; Higgott; Nossal, 2007; Holbraad, 1984). As estratégias de segurança internacional e a preservação da autonomia deveriam restringir-se a ações que busquem equilibrar rivais e grandes potências revisionistas no contexto do equilíbrio de poder regional e suas soberanias (Waltz, 1979, p. 97–99).

Turquia e EAU estão distantes dos requisitos de poder das grandes potências. Embora a Turquia possua a maior força terrestre da Europa após a Rússia, carece de capacidade nuclear (seu único reator civil está em construção sob subordinação russa), apresenta população de 85 milhões e economia em dificuldades contínuas. Os EAU constituem caso mais divergente: federação de emirados com 50 anos, dimensões reduzidas e população de 10 milhões (apenas 1 milhão de cidadãos). Apesar de rico e possuir o exército mais efetivo entre as monarquias do Golfo Pérsico, dificilmente ingressará no clube nuclear, embora essa possibilidade não esteja totalmente excluída de suas ambições de longo prazo (Litsas, 2023, p. 186).

Ainda assim, no contexto de crescente rivalidade entre Estados Unidos, Rússia e China, especialmente após a guerra na Ucrânia, ambos se destacam pela elevada capacidade de manobra estratégica entre esses polos, obtendo ganhos econômicos e políticos significativos. A Turquia, membro da OTAN, fornece SARPs à Ucrânia enquanto adquire tecnologia militar sensível da Rússia (incluindo o S-400) e fortalece interdependências energéticas e econômicas com Moscou. A relação com a China é mais contida e seletiva, sendo prioritária a adesão aos BRICS+ (Süsler, 2025, p. 175, 182–183). Os EAU tornaram-se principal destino de investimentos chineses no Oriente Médio e estabeleceram ampla cooperação com a Rússia, inclusive parcerias com empresas militares e de segurança privadas em contextos africanos. Simultaneamente, mantêm sólida articulação estratégica com o Ocidente, hospedando instalações militares dos EUA e França. Apesar de suas dimensões reduzidas, os EAU atuam funcionalmente como potência de médio porte.

Apesar de serem países de maioria muçulmana, Turquia e EAU apresentam diferenças significativas em composição interna, objetivos estratégicos, recursos militares e formas de utilização destes em teatros regionais. De outro lado, ambos apresentam percepção acentuada, por vezes paranoica, sobre ameaças à estabilidade interna, e suas visões de autonomia estratégica visam principalmente à preservação de seus regimes políticos. Também compartilham o entendimento de que tecnologia militar e indústria de defesa são fundamentais para seus projetos nacionais, investindo nesses setores tanto para mitigar vulnerabilidades de dependência externa quanto como estratégia ativa de política externa (Soubrier, 2025, p. 1, 4–5).

A estrutura do ensaio é a seguinte: a seção a seguir apresenta um quadro conceitual para a identificação e análise da autonomia estratégica. As duas seções subsequentes abordam, respectivamente, a Turquia e os EAU, exemplificando um caso típico e outro atípico de comportamentos de autonomia estratégica por uma potência média.

2. A AUTONOMIA ESTRATÉGICA DE POTÊNCIAS MÉDIAS.

A autonomia estratégica pode ser definida como a preferência de um Estado por formular e implementar suas decisões de política externa de maneira independente, sem depender excessivamente de atores externos (Altunisik, 2024, p. 1). Trata-se de uma alternativa às formas clássicas de inserção internacional baseadas em alianças assimétricas, como o *bandwagoning* com potências mais fortes, o *balanceamento* contra potências percebidas como ameaçadoras, ou ainda variações de engajamento centradas predominantemente no uso de poder brando e na atuação em instituições multilaterais (Kahler, 2013; Snyder, 2013). Alguns autores sustentam que potências médias podem complementar essas estratégias com expedientes como *hedging*, especialização ou *hiding*; contudo, nenhuma dessas opções, isoladamente, garante a obtenção de autonomia estratégica (Reis, 2005).

Em política externa, *hedging* é a estratégia pela qual um Estado evita apostar exclusivamente em um único parceiro ou alinhamento, mantendo relações simultâneas — muitas vezes ambíguas — com diferentes polos de poder, de modo a reduzir riscos e preservar flexibilidade diante de incertezas estratégicas (Morgan, 2012; Spektor, 2023). Especialização consiste em concentrar recursos e esforços em nichos específicos de capacidade ou de atuação internacional (por exemplo, mediação diplomática, determinados setores tecnológicos ou capacidades militares particulares) para maximizar relevância e influência mesmo com recursos limitados. Já o *hiding* refere-se à opção de minimizar a exposição internacional e a visibilidade estratégica, evitando protagonismo em temas sensíveis e procurando “passar despercebido” em disputas entre grandes potências, com o objetivo de reduzir custos, riscos e pressões externas (Jordaan, 2003).

A autonomia de potências médias mescla essas três estratégias, resultando em cinco componentes principais: (i) a busca por status de potência regional; (ii) a primazia da proteção da estabilidade do regime político doméstico; (iii) a construção e a gestão diversificada de redes de alianças e parcerias; (iv) a redução da dependência externa de tecnologias e produtos de defesa; e (v) a exportação de valores, serviços ou capacidades como instrumento de barganha e influência. Esses elementos indicam que a autonomia estratégica também não se confunde com autarquia ou isolamento e podem ser observados na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Quadro Analítico de Autonomia Estratégica

Componente	Definição analítica
(i) Busca por status regional ou extrarregional	Esforço sistemático para ampliar reconhecimento, influência e capacidade de moldar agendas regionais ou extrarregionais
(ii) Primazia da estabilidade do regime doméstico	Prioridade estratégica à sobrevivência e legitimação interna do regime político como vetor da política externa
(iii) Gestão diversificada de alianças e parcerias	Construção de redes flexíveis e não exclusivas de parcerias, evitando dependência rígida de um único polo de poder
(iv) Redução da dependência externa em defesa	Desenvolvimento de base industrial e tecnológica e doutrina próprias como instrumentos de autonomia decisória e operacional
(v) Exportação de capacidades como instrumento de influência	Uso de produtos militares, serviços de segurança, treinamento, investimentos ou presença militar como recursos de barganha

Fonte: Elaborado pelo autor

A autonomia estratégica pressupõe engajamento seletivo e pragmático, com algum nível de contato e, idealmente, de cooperação com todas as partes relevantes do entorno estratégico, inclusive com as grandes potências (Koçak; Akgül, 2022). Nesse sentido, a busca por status regional ou extrarregional é, muitas vezes, mais importante do que o “ponto de chegada” em si: o objetivo central é preservar graus de liberdade decisória para evitar isolamento, enfraquecimento relativo e perda de oportunidades políticas, econômicas e estratégicas.

Um eixo central dessa discussão é a relação entre autonomia estratégica e estabilidade doméstica. Políticas externas mais assertivas podem ser concebidas não apenas como instrumentos de projeção internacional, mas também como mecanismos de fortalecimento da legitimidade interna e de sobrevivência de regime (Soyaltin-Colella e Demiryol, 2023).

Por sua vez, existe uma correlação entre o grau de coesão das alianças com a intensidade dos interesses internos, resultando em quatro padrões de comportamento característicos de potências médias: oportunismo, autonomia estratégica, dissonância e alinhamento. Quando a coesão das alianças e a centralidade dos interesses domésticos são reduzidas, o oportunismo tende a prevalecer, caracterizado pela exploração de oportunidades de curto prazo, como iniciativas econômicas ou diplomáticas específicas, sem um comprometimento com estratégias mais amplas ou de longo prazo. A autonomia estratégica surge quando ameaças percebidas ou interesses internos são elevados e a coesão das alianças é fraca, levando o Estado a adotar postura independente. A dissonância ocorre quando interesses domésticos preponderantes colidem com obrigações de alianças robustas, gerando políticas externas inconsistentes. O alinhamento refere-se à coordenação próxima de ações e políticas com organizações multilaterais ou atores externos importantes (Balta; Bal, 2025, p. 1–5, 7).

Esses movimentos indicam não apenas uma ruptura com dependências anteriores, mas também o surgimento de uma nova agência estratégica, na qual a potência média busca moldar ativamente seu ambiente de segurança, em vez de ser influenciada por decisões externas. Estudos anteriores indicavam que potências médias "tradicionais" costumavam ser exportadoras de normas liberais, influenciadas pela ordem internacional liderada pelos Estados Unidos e pela Europa Ocidental. Em contrapartida, potências emergentes, como a Índia e o Brasil, desempenhavam um papel de difusoras de novas normas internacionais, utilizando investimentos e serviços como ferramentas de barganha e inserção em nichos regionais (Casarões; Lopes; Gama, 2016).

Entretanto, casos como Turquia e EAU indicam uma inflexão relevante. Em sua busca sistemática por autonomia estratégica, tendo como base o Oriente Médio: uma região sem uma clara potência dominante, mas marcada por várias potências militares médias de peso semelhante, com relevante atuação extrarregional das três grandes potências (Aydin-Düzgit; Kutlay; Keyman, 2025, p. 3; Balta; Bal, 2025, p. 2). Esses dois países passaram a combinar a exportação de recursos e serviços econômicos com a projeção direta de capacidades militares. Isso inclui a difusão de inovações militares, a participação em operações humanitárias, a realização de intervenções unilaterais e o estabelecimento de bases militares no exterior (Parlar Dal; Dipama, 2025, p. 534).

Diretamente relacionado aos componentes anteriores, estudos recentes sugerem que o emprego e o desenvolvimento de tecnologias militares têm efeitos positivos sobre a coesão doméstica ao promover o tecno-nacionalismo e o orgulho nacional, ao reforçar a segurança de fronteiras e a capacidade de moldar a ordem regional e ao permitir a contestação de dinâmicas globais com base em interesses nacionais (Demiryol; Soyaltin-Colella, 2024; Özdemir, 2025, p. 128–129; Soyaltin-Colella; Demiryol, 2023, p. 727).

A tipologia de Keith Krause (1992) é útil para classificar os Estados segundo suas capacidades de produção de material de defesa segundo três níveis principais. Estados de primeiro nível inovam na fronteira tecnológica e não dependem de importações para sustentar suas capacidades produtivas; Estados de segundo nível produzem sistemas avançados, mas sobretudo por adaptação, integração e orientação ao mercado externo; e Estados de terceiro nível limitam-se à reprodução de tecnologias existentes por meio de transferência de projetos, sem domínio pleno dos processos de inovação. Essa hierarquia não se refere apenas à produção, mas também ao uso e à difusão de capacidades militares: enquanto estados de primeiro e segundo níveis conseguem empregar sistemas modernos de modo eficaz, os Estados de terceiro nível não conseguem utilizá-los plenamente ou dependem dos assistência externa para tal.¹

¹ Existem outras tipologias, mas geralmente apresentam diversos vieses normativos ou são limitadas a pequenos grupos de países. Não se deve confundir o modelo de Krause com o de Robert Bitzinger (2003), possivelmente, mais conhecido e que também apresenta três níveis de capacidades de produção de defesa. No entanto, Bitzinger relaciona cada nível a um grau decrescente de dependência do Estado ao passo que a base industrial de Defesa expande e se consolida, o que parece ser desconectado dos fatos. Ele argumentou que a globalização forçaria os Estados de segundo nível a subordinarem suas indústrias às do primeiro nível. Ele também foi incapaz de prever a ascensão da China.

Os SARP são um caso de referência. Os Estados Unidos apresentam o exemplo mais abrangente de potência de primeiro nível, seja pela sofisticação tecnológica, seja pela centralidade operacional dos sistemas desde os conflitos nos Bálcãs e, especialmente, após 2001, quando os SARP se tornaram essenciais nas estratégias de vigilância, reconhecimento e ataques de precisão (Koukoudakis, 2024, p. 25). Israel integra inovação, produção em escala e significativa exportação de SARP nas primeiras décadas do século XXI, e, junto com os EUA, impôs fortes restrições à transferência de versões armadas, preservando sua vantagem entre aliados selecionados (Khalilzada, 2022, p. 90–94; Milan; Bassiri Tabrizi, 2020, p. 731).

A China também ocupa uma posição de destaque, combinando produção doméstica com uma política de exportação menos restritiva e preços mais competitivos, desestabilizando o duopólio EUA-Israel desde 2013. Ainda que geralmente considerados inferiores aos equivalentes norte-americanos e israelenses, os sistemas CH-3, CH-4 e Wing Loong consolidaram a China como principal fornecedor para Oriente Médio e África até bem recentemente. Tanto a Turquia quanto os EAU produziram, com ou sem licenciamento, modelos de SARP chineses para superar as restrições de EUA e Israel (Milan; Bassiri Tabrizi, 2020, p. 732, 734), porém com horizontes distintos de adoção de tecnologias e substituição dessas importações (Koukoudakis, 2024, p. 27).

A trajetória turca ilustra de forma clara a lógica de um produtor de segundo nível orientado por uma estratégia de autonomia estratégica. Ao combinar desenvolvimento doméstico com a incorporação seletiva de componentes estrangeiros, Ancara conseguiu construir uma família de SARP competitiva (ver Tabela 2 abaixo). cujo desempenho operacional em teatros como Síria, Líbia, Ucrânia e Nagorno-Karabakh funcionou como poderoso mecanismo de legitimação externa e de promoção comercial. Sistemas como o Bayraktar TB2 e, mais recentemente, o Akıncı ampliaram a margem de manobra militar turca, como também reforçaram sua inserção como exportador relevante — inclusive para aliados da OTAN —, reduzindo dependências críticas e transformando capacidades industriais em instrumento de política externa (Koukoudakis, 2024, p. 26–29; Milan; Bassiri Tabrizi, 2020, p. 737–739).

Os EAU estruturam sua política industrial de defesa visando uma maior autonomia estratégica, embora partam de uma base estrutural mais restrita. O país busca fortalecer sua posição no setor de SARP por meio da concentração de investimentos, aquisições, parcerias internacionais e da integração de capacidades produtivas globalmente dispersas. Apesar disso, a indústria continua a depender significativamente de fornecedores, especialistas e tecnologias estrangeiras, especialmente nas etapas críticas de projeto, integração de sistemas e produção de componentes sensíveis (Rossiter; Yates, 2025, p. 407-409).

Os EAU apresentam eficácia operacional tanto no emprego direto de SARP quanto no apoio a grupos não estatais no seu uso no Iémen, Líbia e Sudão. Porém, uma porção significativa das exportações oficialmente vinculadas ao país é composta por transferências trianguladas ou reexportações de produtos manufaturados por terceiros,

especialmente da China, por meio de empresas sediadas nos EAU. Isso os coloca no estágio inferior do segundo nível da tipologia de Krause, atuando mais como integradores, financiadores e centros logísticos do que como detentores de uma base industrial autônoma e consolidada no setor (Rossiter; Yates, 2025, p. 407–409, 419).

3. A AUTONOMIA ESTRATÉGICA DA TURQUIA.

Esta seção analisa a autonomia estratégica turca considerando seus determinantes domésticos e a evolução recente de sua política externa.

3.1. DETERMINANTES DOMÉSTICOS.

A fundação da República da Turquia, por Mustafa Kemal Atatürk, em 29 de outubro de 1923, teve seis princípios básicos — republicanismo, nacionalismo, populismo, estatismo, secularismo e reformismo. Eles orientaram a construção de um Estado-nação moderno, laico e ocidentalizante. Contudo, o partido político *Adalet ve Kalkınma Partisi* (AKP), desde sua ascensão, em 2002, buscou deliberadamente distanciar-se dessa herança ideológica, expandindo gradualmente sua orientação islamista e articulando um projeto que combinava, inicialmente, conservadorismo social, liberalização econômica e integração europeia (Çelik, 2020, p. 154; Tezcür, 2022, p. 105–106).

Essa nova orientação sustentou uma agenda ambiciosa de reformas, cujo marco foi o pacote de 2004, que reduziu a presença formal das forças armadas e do Conselho de Segurança Nacional em órgãos civis estratégicos. Uma crise desencadeou-se em 2007 quando esse conselho divulgou um memorando contra a candidatura de Abdullah Gül, pedindo intervenção do Tribunal Constitucional. Isso foi enquadrado pelo AKP como uma violação da soberania popular e resultou em uma vitória eleitoral expressiva, que consolidou a presidência de Gül (Parlar Dal; Dipama, 2025, p. 549).

A tentativa de golpe de 2016 marcou o ponto de inflexão decisivo. Fracassada em poucas horas devido à mobilização popular, à lealdade de parcelas cruciais das forças de segurança e à descoordenação dos golpistas, a insurreição foi atribuída pelo governo à rede associada a Fethullah Gülen, cujos quadros haviam infiltrado as forças armadas desde os anos 1980 e ascendido aos altos escalões durante os primeiros governos do AKP (Esen; Gumuscu, 2017, p. 59). O episódio fundamentou a decretação do estado de emergência e a implementação de ampla campanha repressiva: mais de 150 mil funcionários públicos foram demitidos, incluindo mais de 1.600 oficiais; aproximadamente 500 mil pessoas foram detidas até 2019; houve fechamento de veículos de imprensa e prisão de jornalistas e opositores políticos (Çelik, 2020, p. 10; Satana; Demirel-Pegg, 2020, p. 824; Tezcür, 2022, p. 100). Esse processo foi acompanhado pela consolidação de um regime autoritário de concentração de poder e de erosão das garantias democráticas (Tezcür, 2022, p. 98–99, 101).

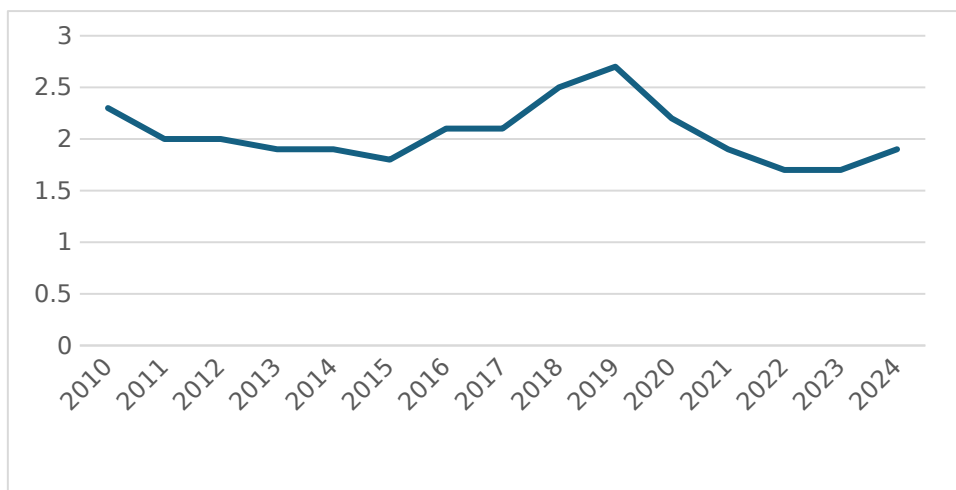
Nesse sentido, a prioridade de segurança nacional, além da salvaguarda do regime sob o AKP, permanece sendo o combate à insurgência curda, tanto em suas manifestações de terrorismo doméstico quanto em suas expressões separatistas no entorno regional. Desde 1984, quando o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) iniciou ataques contra alvos civis e militares no leste da Turquia, o país mantém agenda permanente de contraterrorismo. Mais recentemente, a Turquia neutralizou fração significativa desses grupos mediante campanhas de contrainsurgência fortemente apoiadas por SARP em seu território, Iraque e Síria (Satana; Demirel-Pegg, 2020, p. 821–822).

A trajetória recente da Turquia deve ser compreendida à luz de restrições econômicas persistentes, como desemprego, inflação elevada, juros altos e déficits em conta corrente, além de um gargalo particularmente sensível: a dependência externa de energia (Seren, 2020, p. 193, 198). Durante anos, o Irã foi seu principal fornecedor de petróleo, mas, a partir da década de 2010, Ancara buscou diversificar suas fontes por meio do aprofundamento de vínculos com a Rússia e a Ásia Central, ainda que oscilações geopolíticas posteriores tenham revelado os limites dessa diversificação e a persistência da vulnerabilidade energética (Çelik, 2020, p. 59).

Apesar das restrições econômicas, o AKP sempre tratou o investimento em ciência, tecnologia e inovação como eixo central da busca por autonomia estratégica. Desde 2017, essa orientação se materializa na Movimento Nacional de Tecnologia (*Milli Teknoloji Hamlesi*), que prioriza o desenvolvimento de capacidades endógenas em setores críticos como defesa, aeroespacial, cibersegurança e inteligência artificial, em linha com a lógica de redução de dependências externas potencialmente coercitivas (Özdemir, 2025, p. 154). Essa estratégia é reforçada pelo Décimo Segundo Plano de Desenvolvimento (2024–2028), que estabelece metas claras de elevação do esforço nacional em P&D para cerca de 2% do PIB, expansão acelerada do contingente de pesquisadores e aumento da produção científica (Turquia, 2023, p. 126).

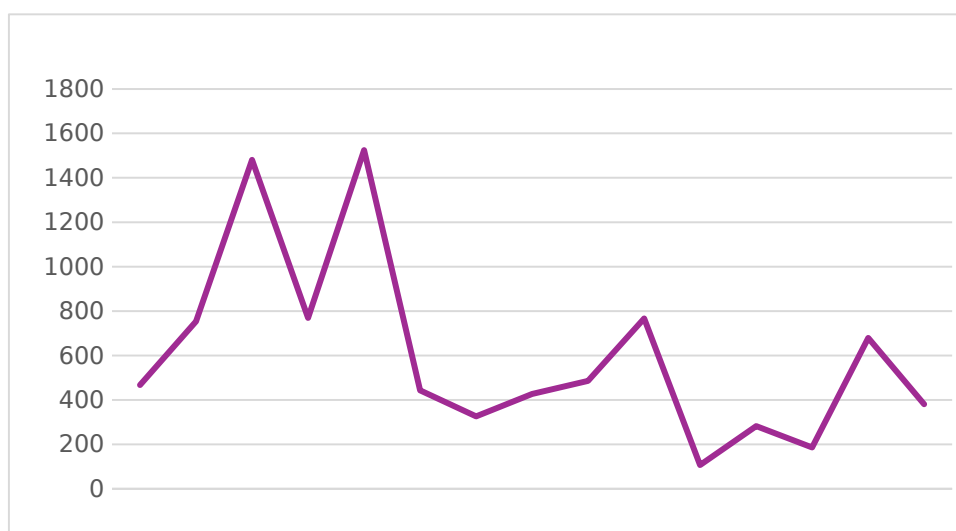
No plano militar, embora os gastos em defesa tenham permanecido relativamente estáveis em proporção do PIB (ver Gráfico 1 abaixo), com pico de gastos em 2018 por conta do envolvimento na Síria (Balta; Özel, 2021, p. 551), observa-se uma mudança qualitativa em sua composição, com maior ênfase em investimento e P&D. Como resultado, e acessível na Gráfico 2, a Turquia vem reduzindo gradualmente sua dependência de importações de armamentos, inclusive com queda relativa da participação dos Estados Unidos como principal fornecedor (Seren, 2020, p. 197, 205, 208).

Gráfico 1 - Evolução em Porcentagem do PIB dos Gastos em Defesa pela Turquia, 2010-2024



Fonte: SIPRI Military Expenditure, 2025.

Gráfico 2 - Evolução do Total de Importação de Armamentos pela Turquia, 2010-2024 (em milhões de dólares)



Fonte: SIPRI Military Expenditure, 2025

Esse reposicionamento ocorre em paralelo à modernização prioritária de suas capacidades aéreas — ainda baseadas em uma grande frota de F-16 — e à percepção de um entorno estratégico altamente saturado por caças mais avançados, mísseis balísticos e de cruzeiro. Esse contexto explica tanto a centralidade atribuída à defesa antiaérea quanto as decisões controversas envolvendo cooperação com a China, a aquisição do sistema russo S-400 e o investimento acelerado em SARP e no projeto nacional de caça de quinta geração TF-Kaan, com entregas planejadas para o final desta década (Egeli, 2018, p. 69, 72, 75; Mevlutoglu, 2020, p. 139–141).

3.2. *RELAÇÕES EXTERIORES.*

Durante a maior parte de sua história republicana, e em particular entre a Guerra Fria e o início dos anos 2000, a política externa turca manteve-se fundamentalmente orientada para o Ocidente. Isso cumpria uma dupla função: de um lado, operava como um guarda-chuva de segurança diante das ameaças soviéticas e, posteriormente, de instabilidades regionais associadas ao Oriente Médio; de outro, estava associada ao projeto de modernização e europeização do país (Gözen Ercan, 2017). As sucessivas frustrações no processo de adesão à União Europeia, contudo, contribuíram para a erosão progressiva desse consenso e abriram espaço para uma revisão mais profunda da política externa turca em direção a uma maior ênfase na autonomia estratégica (Aydın-Düzgit; Kutlay; Keyman, 2025, p. 5–7; Tufekci, 2017, p. 3, 83).

Essa reorientação foi sistematizada intelectualmente por Ahmet Davutoğlu, principal formulador e executor da chamada “Doutrina da Profundidade Estratégica”, apresentada inicialmente em sua obra homônima de 2001. Davutoğlu ocupou posições centrais no processo decisório turco — como assessor-chefe do primeiro-ministro, chanceler (2009–2014) e primeiro-ministro (2014–2016) — e foi o principal responsável por traduzir essa visão em diretrizes práticas de política externa. A doutrina se organizava em torno de cinco princípios: (i) o equilíbrio entre segurança e liberdade; (ii) a política de “zero problemas com os vizinhos”; (iii) a diplomacia proativa e preventiva para a promoção da paz; (iv) a chamada “diplomacia rítmica”, caracterizada pelo ativismo em fóruns multilaterais; e (v) uma política externa multidimensional, compatível com a estrutura multipolar do sistema internacional e crítica à dependência excessiva de um único bloco. Subjacente a esses princípios estava a ideia de que a Turquia, em virtude de sua herança histórica e posição geopolítica singular, deveria se afirmar como potência regional e, potencialmente, como ator de alcance mais amplo (Çelik, 2020, p. 157; Czerep, 2022, p. 152; Luleci-Sula, 2020, p. 755; Tufekci, 2017, p. 6–9, 88).

Três conjunturas críticas contribuíram decisivamente para a implementação e posterior tensionamento dessa orientação. A primeira foi a Primavera Árabe, que inicialmente alimentou a percepção, em Ancara, de uma janela de oportunidade para moldar o entorno regional segundo suas próprias preferências, reforçando o ímpeto autonomista da política externa turca (Dinçer, 2024, p. 248; Sahide; Ates; Maksum, 2025, p. 136; Yetim; Kaşıkçı, 2021, p. 195–198). O ativismo turco em favor de agendas percebidas como “democratizantes” e colaboração com a Irmandade Muçulmana foi interpretado como desestabilizador pelas monarquias do Golfo — com exceção do Catar —, que passaram a adotar estratégias de isolamento da Turquia e contrabalanço a suas ações, especialmente, nos teatros sírio e líbio (Dinçer, 2024, p. 252; Özdemir, 2025, p. 9–10; Sahide; Ates; Maksum, 2025, p. 131–132).

A segunda foi o aprofundamento das divergências com os Estados Unidos, visível já em 2003, com a recusa do parlamento turco em autorizar o trânsito de tropas norte-americanas para a invasão do Iraque, e intensificado posteriormente pelas discordâncias sobre a Síria e pela crescente desconfiança mútua após a tentativa de golpe de 2016. Os Estados Unidos deixaram de ser vistos como parceiro plenamente confiável diante das restrições à transferência de tecnologias sensíveis e da frustração com as interferências dos Estados Unidos com as iniciativas de acomodação da Turquia junto à Rússia e ao Irã (Aydın-Düzgit; Kutlay; Keyman, 2025, p. 10; Margulis, 2019, p. 8).²

A terceira foi o impasse persistente com a União Europeia, em especial a questão cipriota, que contribuiu para bloquear o aprofundamento das relações econômicas e políticas com o bloco e reforçou, em Ancara, a percepção dos limites estruturais da estratégia de ancoragem europeia. A escalada a partir de 2018 em torno da exploração de recursos energéticos, envolvendo Chipre, Grécia e a União Europeia, e isolando a Turquia, ampliou a competição regional e aprofundou as tensões entre a Turquia e a Europa (Aydın-Düzgit; Kutlay; Keyman, 2025, p. 10; Sahide; Ates; Maksim, 2025, p. 139–140).

As respostas da Turquia às três conjunturas críticas contribuíram para a formação de um quadro de isolamento relativo. Apesar disso, consolidaram a percepção turca a favor de uma agenda autônoma, porém ainda mais assertiva desde meados dos anos 2010, lançando mão do uso mais recorrente de suas vantagens geográficas, potencial militar e inovação no emprego e transferência de SARPs como instrumento de política externa (Aydın-Düzgit; Kutlay; Keyman, 2025, p. 3).

3.3. INOVAÇÕES MILITARES E AUTONOMIA ESTRATÉGICA NA TURQUIA.

Até meados da década de 2010, a projeção internacional turca apoiava-se predominantemente em estratégias de poder brando. Contudo, a Primavera Árabe e a guerra civil síria alteraram profundamente o ambiente regional, reduzindo essa capacidade de influência. Em resposta, Ancara priorizou instrumentos de poder militar e intervenções diretas e indiretas como estratégia para proteger e afirmar seus interesses estratégicos. Essa reorientação coincidiu com um processo de concentração decisória e reorganização institucional do setor de defesa. Em 2017, o Subsecretariado das Indústrias de Defesa vinculou-se à Presidência da República, sendo reestruturado em 2018 como Presidência das Indústrias de Defesa (SSB), consolidando o controle presidencial sobre a política industrial-militar e aumentando a capacidade de coordenação estratégica, agilidade na alocação de recursos e coerência nas políticas de desenvolvimento tecnológico, aquisição de armamentos e fomento às exportações (Dag, 2020, p. 16; Egeli, 2018, p. 72).

² Destaca-se que, em 2010, Turquia e Brasil mediarão um acordo com o Irã — a chamada Declaração de Teerã — que previa a troca de urânio levemente enriquecido por combustível nuclear, buscando criar confiança em torno do programa nuclear iraniano; a iniciativa, contudo, não foi aceita pelos Estados Unidos e outras potências, que mantiveram a via das sanções (Milani; Duarte, 2024).

Apesar da ampliação produtiva interna, a indústria de defesa turca permanece estruturalmente dependente de insumos e tecnologias estrangeiras em segmentos críticos, em níveis superiores aos de países centrais no mercado internacional de armamentos. Ciente dessas limitações, a Turquia renunciou à busca por autarquia ampla, implementando uma estratégia seletiva de alocação de recursos em nichos tecnológicos específicos que permitissem vantagens comparativas (Dag, 2020, p. 12–14; Rossiter; Cannon, 2022, p. 212).

Nesse contexto, priorizou o desenvolvimento de SARP's como eixo central de sua estratégia industrial e militar. Até o início dos anos 2000, o país dependia significativamente de fornecedores externos de suprimentos para seus modelos, especialmente Israel e Estados Unidos. Paradoxalmente, impedimentos políticos à aquisição desses sistemas catalisaram o desenvolvimento de base nacional de produção, processo posteriormente reconhecido pelas autoridades como demonstração de autonomia tecnológica. O sucesso dessa política associou-se não apenas a decisões estatais, mas à formação de um ecossistema empresarial beneficiado por vínculos próximos ao núcleo do poder político, particularmente entre as famílias Bayraktar e Erdogan para a ascensão da empresa Baykar. A consolidação de plataformas como TB2, Akıncı e Anka-S elevou os SARP's a símbolo de inovação tecnológica, prestígio político e afirmação nacional, embora componentes críticos, como motores e sensores, permaneçam sujeitos a restrições externas (Khalilzada, 2022, p. 98–99; Mevlutoglu, 2020, p. 143–144; 144, 144–145; Rossiter; Cannon, 2022, p. 212–213).

Tabela 2 – Principais SARP's de Origem Turca

Produto	Empresa	Ano de introdução	Classe / Tipo	Autonomia	Carga útil
Bayraktar Mini	Baykar	2007	Vigilância tática	60–80 min	Câmera dia/noite em 2 eixos 150 kg
Bayraktar TB2	Baykar	2015	MALE (Média Altitude e Longa Autonomia)	27 h	280 kg
Bayraktar TB3	Baykar	2023 (1º voo), 2024 (prev.)	MALE (Média Altitude e Longa Autonomia)	24 h	1.350 kg
Akıncı	Baykar	2021	HALE (Alta Altitude e Longa Autonomia)	25 h	1.500 kg
Kızılelma	Baykar	2022 (1º voo), 2024 (prev.)	UCAV (Veículo Aéreo de Combate Não Tripulado)	5 h	350 kg
Anka-S	TAI	2016	MALE (Média Altitude e Longa Autonomia)	24 h	750 kg
Aksungur	TAI	2021	MALE (Média Altitude e	50 h	

Kargu	STM	2018	Longa Autonomia) Munição vagante de asa rotativa	30 min	1,3 kg
Alpagu	STM	2021	Munição vagante de asa fixa	15 min	Ogiva de 0,3 kg
Togan	STM	2022	Drone multirrotor de reconhecimento	45 min	Gimbal estabilizado em 3 eixos
Karayel-SU	Vestel Defense	2015	MALE (Média Altitude e Longa Autonomia)	20 h	70 kg

Fonte: elaboração própria, com base em informações dos fabricantes.

A Turquia também evoluiu a doutrina operacional de SARP, inicialmente empregando-os no controle de fronteiras e contra insurgentes curdos, posteriormente em operações amplas contra grupos armados não estatais com capacidades robustas na Síria e Iraque, e finalmente no emprego direto contra forças regulares sírias e no apoio a aliados contra exércitos convencionais na Líbia, Azerbaijão e Ucrânia. O primeiro uso sistemático ocorreu em 2015, na campanha antiterrorista contra o PKK, integrando aprendizado operacional e emulação de experiências norte-americanas e israelenses. Sistemas de inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR) ampliaram significativamente a consciência situacional das forças turcas em áreas montanhosas de difícil acesso na Anatólia oriental. A partir de 2016, incorporou-se o uso regular de plataformas armadas em operações transfronteiriças na Síria e norte do Iraque, consolidando o TB2 como vetor principal. Esse processo envolveu adaptação gradual de cargas úteis e doutrinas de emprego, estimando-se contribuição significativa desses sistemas para as baixas causadas aos grupos insurgentes. Nos anos subsequentes, a maior centralização decisória entre Estado, forças armadas e indústria de defesa possibilitou análises rápidas, correções de falhas e desenvolvimento de concepções de operações (CONOPS), evoluindo de vetores de fogo de precisão para sistemas integrados de combate que interagem com artilharia, foguetes, guerra eletrônica e outros recursos, aumentando seu impacto operacional (Demiryol; Soyaltin-Colella, 2024, p. 14; Rossiter; Cannon, 2022, p. 215–219; Soyaltin-Colella; Demiryol, 2023, p. 728, 735–736).

As campanhas militares subsequentes demonstraram a eficácia desse modelo integrado. Na Operação Spring Shield na Síria (2020), SARP turcos neutralizaram defesas aéreas e forças blindadas sírias, incluindo sistemas antiaéreos russos, mediante integração em sistema unificado de reconhecimento e comando (Balta; Bal, 2025, p. 98; Koçak; Akgül, 2022, p. 303–305). Na Líbia, o TB2 alterou o equilíbrio militar, favorecendo o Governo de Acordo Nacional - GNA (Khalilzada, 2022, p. 98; Koçak; Akgül, 2022, p. 300–307, 307). No conflito de Nagorno-Karabakh, o emprego azerbaijano dos TB2 com apoio turco evidenciou a eficácia da combinação de SARP, munições guiadas, supressão de defesas aéreas e integração com forças mecanizadas, permitindo a destruição de equipamentos

blindados e artilharia armênios (Koukoudakis, 2024, p. 26). A integração de sensores, vetores e armamentos de precisão constituiu o diferencial operacional turco nesses três teatros.

Os impactos estratégicos desses êxitos foram significativos. Na Líbia, o apoio militar da Turquia ao GNA desde 2019 também foi uma resposta à exclusão da Turquia do *East Mediterranean Gas Forum* (EMGF), formado por Egito, Grécia, Chipre, Israel e EAU. Isso culminou na assinatura de um acordo de delimitação de zonas econômicas exclusivas líbias-turcas, sobrepondo as áreas produtoras em torno do Chipre e reafirmando Ancara como um ator relevante no Mediterrâneo (Koçak; Akgül, 2022, p. 300–301; Stanicek, 2020). No norte da Síria, considerado vital para a segurança turca contra os grupos curdos nos dois lados da fronteira, a guerra civil representou simultaneamente ameaça e oportunidade para projeção de liderança regional pela Turquia (Yetim; Kaşıkçı, 2021, p. 199–200). A queda de Bashar al-Assad em dezembro de 2024 por forças apoiadas por Ancara reaqueceu o debate sobre a eficácia ou precipitação da estratégia turca de longo prazo (ver, por exemplo, Altunışık, 2023; Demir, 2017; Öniş; Uluyol, 2025). No Azerbaijão, central na estratégia de Ancara devido a laços étnicos e linguísticos, o sucesso na recuperação de Nagorno-Karabakh assegurou o acesso a petróleo e gás do Cáspio sem interferência russa ou iraniana, garantindo a Ancara fonte estratégica de energia e interdependência com países europeus dependentes desses recursos (Koçak; Akgül, 2022, p. 305–307).

A guerra na Ucrânia ampliou a margem de manobra da liderança turca na política interna e externa, gerando benefícios econômicos imediatos e fortalecendo a autonomia estratégica do país. A cooperação militar turco-ucraniana antecedeu a invasão russa, envolvendo transferência de capacidades e coprodução: entrega de SARP TB2 desde 2019, tornando Ancara o primeiro membro da OTAN a fornecer armas a Kyiv; acordos para instalação de planta de SARP na Ucrânia; fornecimento ucraniano de motores para o SARP de alta altitude e longa autonomia Akıncı; e negociação para produção conjunta corvetas da classe Ada. Diante das sanções à Rússia, o governo do AKP adotou uma estratégia pragmática para atenuar impactos econômicos, aproveitando oportunidades da "economia das sanções" sem confrontar diretamente políticas ocidentais: facilitou a entrada de capitais russos, ampliou o fluxo de turistas russos e intensificou as relações comerciais, mesmo após 2022, apesar do desequilíbrio estrutural decorrente da dependência energética de importações russas (Balta; Bal, 2025, p. 15; Demiryol; Soyaltin-Colella, 2024, p. 15; Öniş; Uluyol, 2025, p. 5, 11–12; Rossiter; Cannon, 2022, p. 219–221).

Um resultado tangível dessas campanhas foi a garantia de presença militar turca no exterior (ver Tabela 3), incluindo bases e instalações de apoio e treinamento, evidenciando que a Turquia atingiu níveis de exportação de inovação militar.

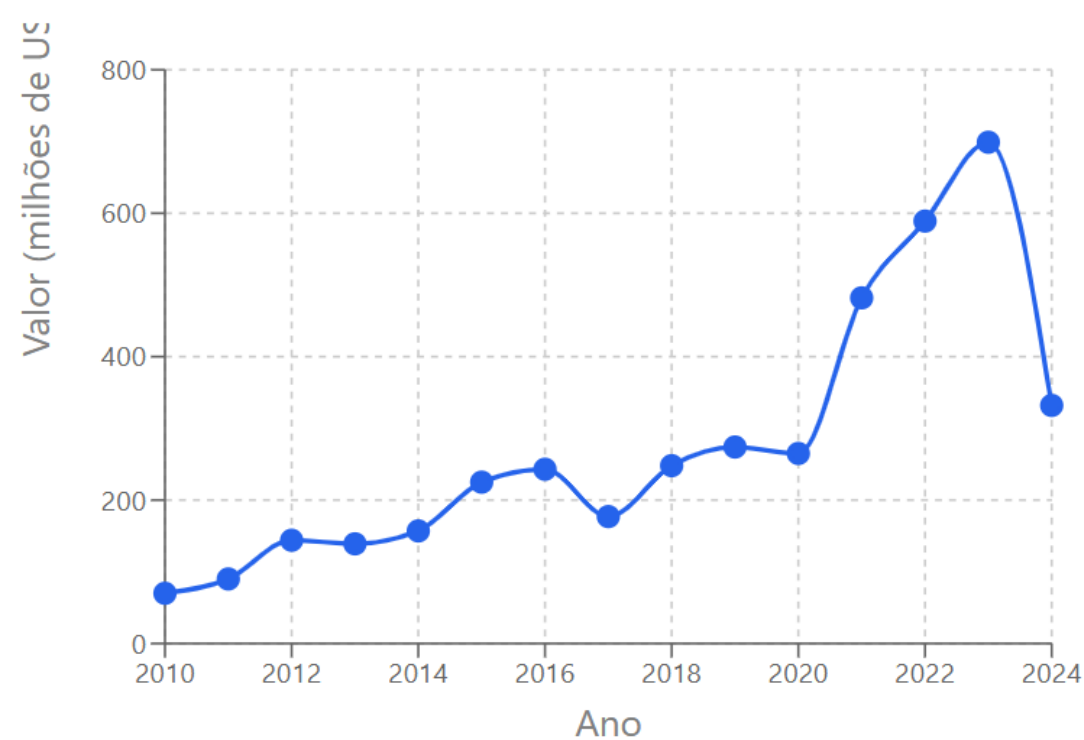
Tabela 3 – Presença militar da Turquia no exterior, 2023–2025

Teatro / País	Efetivos aproximados	Principais meios e natureza da missão
Iraque	~4.000	Forças terrestres; participação na NATO Mission Iraq; operações de segurança e contraterrorismo
Síria	~3.000	Unidades de comandos; 3 brigadas blindadas; 1 unidade de defesa antiaérea; 1 unidade de gendarmaria; operações transfronteiriças
Líbia	~500	Veículos blindados (ACV/AAPC, Kirpi); 1 unidade de artilharia com T-155 Fırtına; 1 unidade de defesa aérea (Hisar-O, Korkut); capacidades de ISR/CISR; 1 unidade de UAV com Bayraktar TB2
Mediterrâneo Oriental	~250	Participação nos agrupamentos navais permanentes da OTAN: SNMG-2 (fragata) e SNMCMG-2 (navio caça-minas)
Catar	~300	Missão de treinamento; 1 companhia de infantaria mecanizada; 1 unidade de artilharia; 12+ veículos blindados (AIFV/AAPC); 2 obuseiros T-155 Fırtına
Somália	~200	Missão de treinamento no âmbito da ONU (UNSOM)
Total aproximado	~8.250	Dispositivo externo voltado a treinamento, dissuasão, estabilização e projeção de poder

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IISS (2025, p. 146)

Os retornos econômicos também são expressivos: a Turquia tornou-se o 16º maior exportador de armamentos, registrando aumento de 72,7% nas exportações militares entre 2011 e 2021 (ver Gráfico 3 abaixo), o maior crescimento entre os vinte principais exportadores. Os SARPs são fundamentais nesse desempenho, gerando ao menos US\$ 700 milhões em vendas para mais de 30 países, principalmente no Oriente Médio, África e Ásia Central (ver Tabela 4). Esse padrão expandiu-se para o espaço europeu após a guerra na Ucrânia, evidenciado pelos acordos com a Polônia e Itália envolvendo aeronaves, treinamento e apoio logístico (Aydın-Düzgit; Kutlay; Keyman, 2025, p. 12; Demiryol; Soyaltin-Colella, 2024, p. 16; IISS, 2025, p. 108; Parlar Dal; Dipama, 2025, p. 531).

Gráfico 3 - Exportações de armamentos turcos, 2010-2024



Fonte: SIPRI Military Expenditure, 2025

Tabela 4 - Percentuais de Exportações de Sistemas de Armamentos e SARPS da Turquia por Região, 2010-2024 (SIPRI TIV Entregue)

Região	% SIPRI TIV entregue (Total)	% SIPRI TIV entregue (SARP)
Oriente Médio	45,6	23,8
Europa	8,2	41,7
Ásia	26,5	15,0
África	18,1	14,2
Americas	2,6	-

Fonte: elaboração própria a partir de dados do SIPRI Military Transfers, 2025

Tabela 5 - Exportações de Armamentos da Turquia por Categoria, em TIV e Percentagem

Ordem	Categoria de armamento	SIPRI TIV entregue	% do total
1	Veículo blindado de transporte de pessoal (APC)	1105,69	43,47%
2	SARP armado	668,10	26,27%
3	Veículo blindado de combate de infantaria (IFV)	519,90	20,43%
4	Helicóptero de combate	63,00	2,48%
5	Míssil ar-superfície	33,41	1,31%
6	Carro de combate	33,12	1,30%
7	Foguete guiado	30,80	1,21%
8	Foguete guiado / míssil ar-superfície	30,00	1,18%
9	Aeronave de treinamento/combate	25,00	0,98%
10	Bomba planadora guiada	16,35	0,64%
11	SARP não armado	15,00	0,59%
12	Bomba guiada	2,80	0,11%
13	Míssil anticarro	0,75	0,03%
	Total	2543,92	100,00%

Fonte: elaboração própria a partir de dados do SIPRI Military Trtansfers, 2025

No entanto, a Tabela 5 acima apresenta dados que evidenciam que SARPs ainda não são produto predominante das exportações turcas. Isso oferece duas vertentes de explicação, que merecem estudos adicionais. Por um lado, SARPs ainda não ocupam um papel tão central quanto alguns apontam nos campos de batalhas, e sistemas convencionais terrestres se destacam em volume e valor das transferências internacionais de armamentos. Por outro lado, SARPs ainda envolvem um ecossistema em consolidação e haveria margem para sua expansão como instrumento de poder militar e econômico da Turquia, principalmente tendo em vista que ainda são suscetíveis a embargos de

componentes críticos e que seus modelos ainda não foram plenamente integrados à inteligência artificial e redes de comunicação e vigilância satelitais (Ercan; Kale, 2017, p. 18; Keşvelioğlu, 2025, p. 254–255; Rossiter; Cannon, 2022, p. 214, 223–224).

4. A AUTONOMIA ESTRATÉGICA DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS.

Os EAU constituem exemplo de autonomia estratégica por nação de pequeno porte, fundamentada na sinergia entre instrumentos de poder brando e poder militar por procuração, aportes financeiros e diplomacia pragmática que lhes possibilita atuar em esferas internacionais. Embora não questionem os pilares dos sistemas internacional e regional, dominados por potências militarmente superiores, os EAU consolidaram-se como um ator central no Oriente Médio e na África.

4.1. DETERMINANTES DOMÉSTICAS.

Os EAU emergiram como uma federação de emirados, em 1971, dotados de ampla autonomia doméstica, governados por famílias que consolidaram seu poder mediante amplas coalizões de apoio interno. Contudo, a ausência de uma lei ou tradição clara de primogenitura resultava em clivagens violentas e assassinatos entre membros das famílias governantes. Isso exigiu a criação de arranjos institucionais capazes de acomodar interesses divergentes e garantir a sobrevivência do regime político dominado por emires (Litsas, 2023, p. 54–55; 55–56; Zahlan, 1978, p. xi–1, 5, 19, 25; 23, 32).

A arquitetura institucional estabelecida pela Constituição concentra fortemente o poder no Conselho Supremo Federal, composto pelos governantes dos sete emirados e detentor das mais altas prerrogativas legislativas, executivas e judiciárias. Este órgão decide as diretrizes políticas fundamentais, aprova a legislação federal, elege o presidente e o vice-presidente e nomeia os juízes da Suprema Corte Federal. Embora formalmente cada emirado disponha de um voto, as decisões substantivas exigem maioria qualificada e respaldo de Abu Dhabi e Dubai, por possuírem poder de veto. O Gabinete Presidencial, sempre sob Abu Dhabi, exerce amplos poderes executivos e representativos, propondo leis, elaborando o orçamento e implementando políticas federais. O Conselho Nacional Federal, embora formalmente legislativo, desempenha sobretudo papel consultivo, limitando-se a debater projetos do Gabinete e fiscalizar ministros, sem poder de iniciativa legislativa ou veto (Antwi-Boateng; Alhashmi, 2022, p. 530; Litsas, 2023, p. 62–67; Mason, 2024, p. 289; Zahlan, 1978, p. 289).

Na prática, a governança federal é administrada por Abu Dhabi em seu papel de "Capital Federal". Nessa condição, Abu Dhabi dispõe de arranjos institucionais e orçamento próprios para condução da "alta política", núcleo sensível da política de segurança nacional voltado ao enfrentamento de ameaças de agressão militar externa, terrorismo, subversão e ataques cibernéticos de grande escala, envolvendo defesa, inteligência e

segmentos estratégicos das políticas interna, fronteiriça e externa. Para tal, o presidente, Mohamed bin Zayed Al Nahyan, acumula as funções de comandante supremo das forças armadas e presidente do Conselho Supremo de Segurança Nacional, enquanto o comandante supremo adjunto, sob Tahnoun bin Zayed Al Nahyan, detém amplos poderes operacionais sobre assuntos militares. Em contraste, o Ministério da Defesa possui papel restrito, com escopo estreito e predominantemente representativo e administrativo, sem controle efetivo sobre a cadeia de comando ou decisões estratégicas centrais (Samaan, 2025, p. 115; Yates, 2020, p. 115–128). Na prática, essa arquitetura confere à família Al Nahyan, de Abu Dhabi, controle decisivo sobre os principais eixos do poder federal.

Apesar de sua aparente estabilidade, os EAU permanecem vulneráveis a cenários de ruptura política, sobretudo golpes de caráter popular ou islamista, em razão do caráter relativamente recente de suas instituições políticas e militares (Roberts, 2020, p. 314; Zahlan, 1978, p. 34). Não surpreende que, após a Primavera Árabe, a elite dirigente tenha desenvolvido preocupação com a sobrevivência do regime, traduzida em políticas preventivas de segurança e vigilância no país e intervencionistas no exterior (Greene, 2022, p. 238–240; Khatib, 2019, p. 400; Sim; Fulton, 2021, p. 555–556).

A vulnerabilidade decorre também do padrão de desenvolvimento de um país rentista e petrolífero, no qual a construção estatal, das infraestruturas e dos principais setores econômicos ocorreu sem transformação correspondente da produtividade doméstica. A expansão econômica apoiou-se amplamente em mão de obra expatriada, enquanto a força de trabalho cidadã vincula-se a redes estatais e paraestatais, especialmente nos setores de energia e no serviço público. Nesse contexto, os esforços de diversificação econômica, desenvolvimento de infraestrutura crítica e modernização administrativa dependem de acordos internacionais de defesa que garantam transferência de tecnologia e expertise via pacotes de offset (Antwi-Boateng; Binhuwaidin, 2017, p. 5; Litsas, 2023, p. 58–59; Pakin-Albayrakoglu, 2022, p. 224; Soubrier, 2025, p. 6).

As forças armadas dos Estados do Golfo não desfrutam de reputação destacada. As enormes somas de dinheiro em equipamentos militares de alta tecnologia e o envio de seus oficiais às mais prestigiadas academias militares do mundo não se traduziram na proficiência operacional de forças armadas, que dependem de expertise e apoio ocidentais (Jebnoun, 38-78, p. 47–56; Roberts, 2020, p. 301–302). Os EAU buscam se diferenciar dos demais ao investir em ganho de experiência pela participação em operações multinacionais no exterior e criação de uma indústria de defesa local, além da aquisição de material militar.

As recentes operações nas quais participaram incluem a intervenção nos levantes do Bahrein em 2011, o apoio a Khalifa Haftar na Líbia, a operação americana contra o Daesh na Síria, a evacuação do Afeganistão em 2021 e, mais recentemente, as ações contra os Houthis no Iémen (Litsas, 2023, p. 113). De outro lado, a *Emirates Defence Industries Company* (EDIC), criada em 2014 como holding para consolidar empresas de defesa dos EAU, foi incorporada em 2019 ao EDGE Group, durante uma reorganização abrangente do setor. O EDGE tornou-se o megagrupo nacional, estruturado por clusters tecnológicos

com maior foco em pesquisa e desenvolvimento, exportações e integração de sistemas (Mason, 2024, p. 295; Mazzucco; Alexander, 2025, p. 4–7, 12; Rossiter; Yates, 2025, p. 407–417; Soubrier, 2025, p. 1).

Entretanto, os resultados efetivos desses esforços ainda são modestos. Os EAU não publicam dados oficiais de gastos em defesa há mais de 10 anos, mas se estima que em 2024 tenham sido em torno de 22 bilhões de dólares, o terceiro maior da região. Mas é possível apontar que eles dão prioridade a força aérea, defesa aérea e antimísseis (Altiok; Bakir, 2025, p. 717; IISS, 2025, p. 322; Jane’s Defence, 2025; Jebnoun, 38-78, p. 38–78). Entretanto, dependem de assistência militar externa em tropas, comando e controle, inteligência e logística para condução de suas operações, mesmo no vizinho Iêmen (Altiok; Bakir, 2025, p. 715, 718–72; Roberts, 2020, p. 302–303; Yates, 2016, p. 194). A Tabela 6 abaixo detalha os contingentes estrangeiros em seu território, destacando-se a cessão de uma base aérea para a França e outra para os Estados Unidos.

Tabela 6 - Presença Militar Estrangeira nos EAU

País	Efetivo aproximado	Unidades / Capacidades
Austrália	400	1 destacamento de transporte com 2 C-130J-30 Hercules
França	650	1 grupo de combate blindado (1 cmt tanques, 1 cmt inf. blind., 1 bda art.); Leclerc; VBCI; CAESAR; 7 Rafale F3
Coreia do Sul	170	Atividades de treinamento no UAE Special Operations School
Reino Unido	100	Presença militar limitada (sem meios especificados)
Estados Unidos	5.000	1 esquadrão FGA (12 F-15E); 1 esquadrão ISR (4 U-2S); 1 esquadrão ISR UAV (RQ-4 Global Hawk); 1 destacamento ISR UAV (2 MQ-4C Triton); 2 baterias SAM M903 Patriot PAC-3 MSE

Fonte: IISS (2025, p. 377)

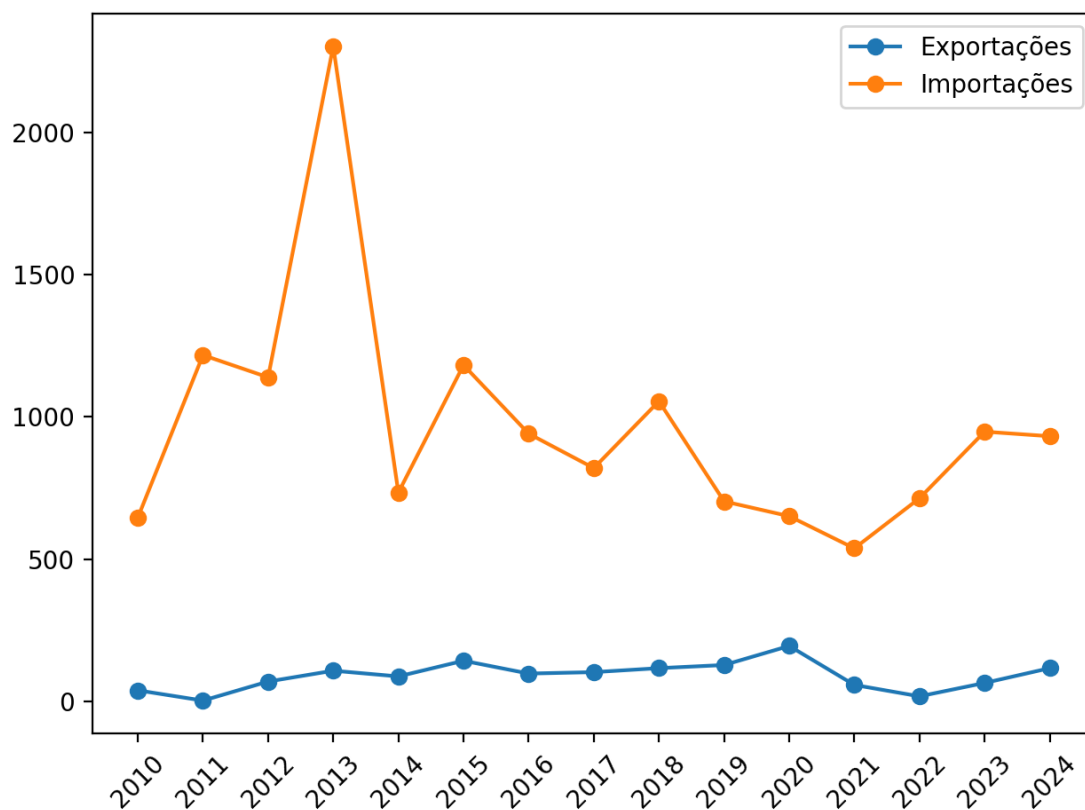
A pequena população dos Emirados constitui a principal causa da falta de sustentabilidade militar, mesmo com o estabelecimento do serviço obrigatório para homens entre 18 e 30 anos em 2014. Destacadamente, o emprego de conscritos em operações terrestres no

Iêmen foi significativamente reduzido após o ataque Houthi em 2015, que gerou em torno de cinquenta baixas, evidenciando a baixa resiliência das unidades e limitado respaldo doméstico. Consequentemente, as forças de EAU têm mais de um terço de seu contingente formado por expatriados e apenas sua Guarda Presidencial, de 12 mil soldados, é um instrumento militar crível para projeção de poder (Samaan, 2025, p. 16).

Mais do que a dependência de tropas estrangeiras, o emprego das forças armadas emiradenses fundamenta-se na atuação de oficiais estrangeiros em posições de comando e assessoria estratégica. Exemplos incluem o general Jim Mattis como conselheiro militar, o tenente-coronel Stephen A. Toumajan, também norte-americano, a frente do Comando de Aviação Conjunta, com controle sobre aviação das forças terrestres e aéreas, operações especiais e esquadrão naval, e o major-general australiano Mike Hindmarsh, comandando a Guarda Presidencial desde 2009 (Jebnoun, 38-78, p. 61–62; Yates, 2016, p. 184, 186–187, 192). Isso evidencia que as forças armadas dos Emirados não são capazes de desenvolver conceitos doutrinários próprios, nem um quadro sustentável de oficiais, fundamentando sua modernização inteiramente em modelos estrangeiros. Por exemplo, em 2010, a empresa *Knowledge Point* de Abu Dhabi forneceu 125 ex-oficiais para replicar o modelo de brigadas de armas combinadas dos Estados Unidos, porém, sem resultados expressivos (Roberts, 2020, p. 302–303, 316–317; Yates, 2016, p. 194).

Os EAU também enfrentam escassez de mão de obra qualificada em engenharia, integração de sistemas e pesquisa e desenvolvimento, criando restrição estrutural ao desenvolvimento sustentável de poder militar. A dependência de expatriados em funções técnicas mina objetivos de nacionalização e limita a retenção de conhecimento, impedindo que os Emirados mantenham, atualizem ou adaptem sistemas de defesa independentemente e criando vulnerabilidades operacionais. A ausência de ecossistema robusto de inovação impede o surgimento de capacidades tecnológicas de vanguarda, forçando dependência contínua de plataformas estrangeiras. A análise dos dados de comércio de armamentos pelos EAU, disponível no Gráfico 4 abaixo, evidenciam sua limitada capacidade de substituição de importações. Note-se que, entre 2010 e 2024, o valor nominal de suas importações superaram em dez vezes as exportações em valores nominais (ver Tabela 7).

Gráfico 4 - Importações e Exportações de Armamentos pelos EAU, 2010-2024 (em milhões de dólares)



Fonte: SIPRI Arms Transfers, 2025

Nesse contexto, as indústrias de defesa ainda atuam muito mais como maquiladoras de outras países e intermediadoras para transferência de material para aliados estatais e não estatais. A análise dos importadores de armamentos dos EAU permite inferir que eles são principalmente da África e países em más condições econômicas, além de grupos armados não estatais. Assim, esse comércio não é sustentável, nem segue uma lógica econômica.

Tabela 7 - Importadores de Armamentos dos EAU, 2010-2024 (em milhões de dólares)

Destinatário	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Egito					35	48	48	35	35	35	35	36	1	1	1
Jordânia			33		50		1		10	126					
Líbia		70	60			2									
Argélia				6	6	11	11	38	40			3			113
Canadá													46	46	92
desconhecido					4	10	14	14	14	14					70
México													4	46	51
HoR (Líbia)*				8	1	13	5		21						48
Sudão do Sul			9	21							8	8			
Iêmen					19	5	6	9							
Kuwait						22	15								
Líbano	24								2						

Fonte: SIRI Arms Transfers, 2025

Além disso, o setor de defesa concentrado pelo EDGE suprime a concorrência e a inovação de mercado, perpetuando ineficiências sistêmicas no desenvolvimento de capacidades militares autônomas (Marshall, 2024; Pakin-Albayrakoglu, 2022, p. 22; Rossiter; Yates, 2025, p. 419; Soubrier, 2025, p. 2, 7, 13).

Por fim, os EAU mantêm acordos de aquisição com diversos países, principalmente Estados Unidos e França, como estratégia de diversificação que cria problemas de interoperabilidade ao combinar múltiplas plataformas, sem diminuir a dependência dos Estados Unidos, origem de mais de 50% das importações (ver Tabela 7). Ainda assim, padrões e especificações distintos, mesmo em pequenas quantidades, impedem coordenação eficiente, enquanto questões logísticas são agravadas pela necessidade de treinar pessoal para operar equipamentos diversos e gerenciar cadeias de suprimento distintas para peças de reposição e suporte de infraestrutura (IISS, 2025, p. 315; Mazzucco; Alexander, 2025, p. 7, 12; Soubrier, 2025, p. 7–8).

Por essas várias razões, os EAU não conseguem atender seus objetivos de segurança nacional e política externa sem o uso de uma extensa rede de empresas militares privadas e atores armados não estatais em outros países. Essas empresas atuam na proteção de oleodutos e arranha-céus contra-ataques terroristas e suprimir revoltas internas. A terceirização de segurança estende-se à contratação de ex-operativos de inteligência

americanos e israelenses para vigilância cibernética e espionagem de alvos de alto valor (incluindo estrangeiros).

Além disso, essas empresas e agentes fornecem o contingente necessário para os EAU conduzirem operações militares e clandestinas por procuração contra o Irã e outros rivais (Jebnoun, 38-78, p. 57; Krieg, 2024, p. 459; Stinchfield, 2020, p. 115–120). Paralelamente, os Emirados desenvolveram uma rede de operações encobertas e assistência militar a grupos rebeldes para exploração de recursos naturais em regiões contestadas na África, com forte relação com empresas russas, incluindo o antigo Grupo Wagner (Dana, 2023, p. 64; IISS, 2024; Jebnoun, 38-78, p. 40, 53).

4.2. RELAÇÕES EXTERIORES.

Os EAU determinaram prioridades de segurança nacional e relações exteriores em relação a rivais, áreas e eventos que apresentem maior risco à sobrevivência do regime (Greene, 2022, p. 238–240). A primeira delas é conter o Irã, pelo seu histórico revolucionário na região e presença de minorias xiitas e da diáspora iraniana em Dubai (Del Sarto; Soler i Lecha, 2024, p. 1463).

O primeiro mecanismo criado para fazer frente ao Irã, e também ao Iraque, foi o Conselho de Cooperação do Golfo em 1981, em que os EAU desempenharam um papel central junto aos demais membros: Arábia Saudita, Kuwait, Catar, Omã e Bahrein (Litsas, 2023, p. 69, 102). Apesar disso, sua coordenação permaneceu limitada devido à fragilidade de legitimidade doméstica e à insegurança dos regimes que caracterizam as monarquias do Golfo. Por isso, a transferência de competências decisórias para instâncias multilaterais sempre foi percebida como mais uma ameaça. Consequentemente, o Conselho do Golfo, assim como outras iniciativas regionais, apresentou baixos níveis de institucionalização e desempenho. Em todos os seus membros, prevalecem coalizões domésticas introspectivas, marcadas pela busca de autossuficiência econômica, empreendedorismo estatal e militar, iliberalismo e nacionalismo, fatores que contribuem para políticas externas erráticas e conflitivas na região (Del Sarto; Soler i Lecha, 2024, p. 1452; Kabandula; Donelli, 2024, p. 401; Mason, 2024, p. 294).

A oposição ao islamismo político e ao extremismo sunita é outro elemento central da doutrina de segurança dos EAU, acentuada por incidentes de violência interna e pelo receio de radicalização vinculado ao Estado Islâmico e à Irmandade Muçulmana. A Primavera Árabe, desde 2010, exacerbou todas as fragilidades domésticas e regionais. A derrubada de duradouras ditaduras árabes por meio de revoltas populares, a vitória eleitoral de partidos islamistas na Tunísia e no Egito, a eclosão de guerras civis na Síria, na Líbia e no Iémen, bem como a rápida proliferação de atores armados não estatais na região, intensificaram a percepção mútua de insegurança e o comportamento de autoajuda (Ardemagni, 2020). Por fim, a atuação errática dos Estados Unidos nesse período tornou flagrante a percepção de que não eram mais um estabilizador extrarregional crível (Del

Sarto; Soler i Lecha, 2024, p. 1448, 1452; Mason, 2024, p. 295–296; Pakin-Albayrakoglu, 2022, p. 219).

A resposta dos EAU combinou a ampliação de políticas distributivas internas e o endurecimento do controle sobre a dissidência com uma política externa mais assertiva e seletiva. Em 2014, Abu Dhabi banuiu a Irmandade Muçulmana e atuou de forma coordenada com Arábia Saudita e Bahrein contra o Catar, processo que culminou na crise diplomática de 2017–2021. Os EAU participaram da intervenção no Iêmen, mas reduziram seu engajamento direto a partir de 2019, preservando influência por meio de relações com o Conselho de Transição do Sul e de posições estratégicas no entorno do estreito de Bab al-Mandab e do Mar Vermelho. Diante de limitações de capacidade militar convencional, o país também recorreu ao financiamento de atores substitutos e mercenários na África (Del Sarto; Soler i Lecha, 2024, p. 1453, 1463; Khatib, 2019, p. 398).

A busca por forças conservadoras conduziu os EAU a um estreito alinhamento com a Arábia Saudita, apesar do histórico de disputas territoriais e tensões navais, frequentemente caracterizada como uma relação de *bandwagoning*. Por isso, Abu Dhabi também avançou nas relações com Israel e Turquia em linha com uma diplomacia pragmática que reflete tanto seus interesses monárquicos compartilhados com Riad quanto seus esforços para superar as restrições associadas à condição de pequeno Estado e à limitada profundidade estratégica.

Os EAU foram o mais ativo defensor da normalização com Israel, que culminou nos Acordos de Abraão, em 2020. Desde então, a relação comercial entre eles produziu um acordo de livre-comércio que reduziu tarifas sobre 96% dos produtos e ampliou o acesso recíproco a investimentos e parcerias financeiras. Porém, os EAU são clientes regulares da indústria israelense de defesa e segurança há muito mais tempo. Inicialmente, Israel proveu sistemas e pessoal para proteção de infraestrutura e vigilância estratégica. Essa convergência estendeu-se para a participação conjunta em exercícios sob a égide da OTAN nos Estados Unidos e na Europa, além da criação de mecanismos institucionais de coordenação, como um canal direto de comunicação militar para gestão de crises (Dana, 2023, p. 62; Litsas, 2023, p. 103–105, 108). Os EAU se esforçam em reverter a postura de contenção e rivalidade com a Turquia, apostando em reaproximação diplomática de alto nível, normalização política e cooperação econômica. No entanto, a oposição entre eles no Catar, Líbia, Somália e Síria dificulta esse processo.

Os Emirados também se equilibram em relações bilaterais com as três grandes potências. Os EUA sempre mantiveram uma relação especial com os Estados Unidos desde a Guerra do Golfo de 1990-91, mas essa parceria passou por períodos difíceis desde a Guerra ao Terror. A aproximação dos EUA com o Irã e o tratamento dado ao presidente egípcio Hosni Mubarak durante o governo Obama foram pontos críticos, enquanto o primeiro governo Trump, com suas políticas transacionais e permissivas, proporcionou um ambiente favorável à guerra no Iêmen. De forma incomum para um Estado pequeno, os EAU conseguiram influenciar o presidente Trump a apoiar o boicote ao Catar (2017-

2021). No entanto, a retirada caótica dos EUA do Afeganistão em agosto de 2021 reforçou a percepção prévia de que as garantias e intervenções de segurança norte-americanas não eram eficazes, pavimentando o caminho para maior aproximação dos EAU com Rússia e China (Del Sarto; Soler i Lecha, 2024, p. 1453–1454; Litsas, 2023, p. 106–108; Mason, 2024, p. 298–300; Sim; Fulton, 2021, p. 556).

A relação entre China e EAU foi elevada a uma parceria estratégica abrangente em 2018, tornando os Emirados num grande destino de exportações e investimentos chineses, com mais de 200.000 expatriados e 4.200 empresas, e atuando como hub de reexportação de produtos chineses para o Oriente Médio, África e Europa. Os EAU são especialmente ativos na Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), com contratos de longo prazo no Porto Khalifa, e acordos de tecnologia para redes 5G, o que gerou tensões com Washington. A cooperação se estende à transferência de tecnologia militar, incluindo produção licenciada de SARPs chineses em Abu Dhabi (Dadparvar; Parto, 2025, p. 1–16; Mason, 2024, p. 301; Sarieddine, 2025, p. 1, 14; Sim; Fulton, 2021, p. 557–561).

A Rússia desempenha papel vital para a economia dos EAU desde o fim da Guerra Fria, por meio de investimentos e projetos conjuntos na área petrolífera. Em termos estratégicos, a Rússia e especificamente seu grupo paramilitar Wagner constituem aliados úteis dos EAU em teatros como Líbia e Sudão. Além disso, a Rússia foi fundamental para estabilizar a Síria, facilitando a normalização das relações dos EAU com o presidente Assad, antes de sua derrocada em 2024. Apesar dessa cooperação, os interesses russos divergem dos emiradenses em relação ao Irã. O isolamento russo após a invasão da Ucrânia ampliou a atuação dos EAU como reexportador de bens para a Rússia, incluindo microchips e outros componentes críticos para o esforço de guerra russo, enquanto oligarcas russos, sancionados pelo Ocidente, transferiram seus negócios para os EAU. Destaca-se ainda a aquisição pelos EAU de 50% da VR-Technologies russa para desenvolvimento de SARPs e seu veículo blindado NIMR (Litsas, 2023, p. 117–118; Mason, 2024, p. 303; Sim; Fulton, 2021, p. 561).

4.3. INTERVENÇÕES POR PROCURAÇÃO, ATUAÇÃO EM REDE E A AUTONOMIA ESTRATÉGICA.

Apesar do volume expressivo de investimentos e do esforço recente de consolidação de um complexo industrial-militar doméstico, os EAU ainda se encontram como um produtor de armamentos no limiar entre os segundo e terceiro níveis da tipologia de Krause, apresentado na segunda seção deste ensaio (Khalilzada, 2022, p. 99). O país não domina de forma autônoma os ciclos críticos de concepção, desenvolvimento e integração de novas tecnologias militares, permanecendo fortemente dependente de *know-how* estrangeiro, especialistas expatriados e transferência externa de tecnologia (Marshall, 2024). Ademais, as receitas obtidas com exportações de material de defesa são episódicas e pouco previsíveis, não configurando um fluxo sustentado capaz de gerar economias de escala, aprendizado cumulativo ou um ecossistema industrial inovador e autônomo. Destacadamente, os EAU se esforçam na adoção e desenvolvimento de SARPs e

inteligência artificial como vetores de multiplicação de força e produtividade, emulando o sucesso turco (Keşvelioğlu, 2025, p. 258, 261–262; Pakin-Albayrakoglu, 2022, p. 224).

No entanto, enquanto essas plataformas não geram efeitos operacionais consolidados, os principais recursos dos EAU são seus vastos recursos financeiros, rede de contatos e parcerias como instrumentos de barganha direta, acesso a rivais e exploração de oportunidades para alinhamentos econômicos e políticos extraoficiais. A Primavera Árabe exacerbou a percepção de risco ao regime emiradense, mas, paradoxalmente, a desordem regional gerada por ela incentivou uma postura mais assertiva e ousada na busca de seu interesse nacional (Jebnoun, 38-78, p. 58–59). Os EAU compreendem que precisam projetar externamente a profundidade estratégica que lhes falta domesticamente (Mason, 2024, p. 295–296).

Para compensar essa vulnerabilidade estrutural, os EAU projetam poder ao terceirizar o uso da força para substitutos locais visando alcançar objetivos limitados. Essa estratégia permite aos Emirados atuar acima de seu peso convencional, mas simultaneamente empodera redes complexas de grupos armados não estatais em cada região que, embora executem as ordens de Abu Dhabi, tornam-se progressivamente atores autônomos por direito próprio, perturbando a resolução pós-conflito e a construção estatal nos territórios onde operam (Krieg, 2024, p. 455–458).

Essa se tornou a principal forma de evolução da rivalidade com o Irã (Ostovar, 2019). Por um lado, os dois principais substitutos iranianos são o Hezbollah libanês e os Houthis iemenitas. Os Houthis já realizaram ataques terroristas contra Abu Dhabi e Dubai no início de 2022 com SARP (Rossiter, 2018), enquanto o Hezbollah tenta constantemente estabelecer células dentro dos EAU para fins desestabilizadores. O desafio combinado que tanto Hezbollah quanto Houthis representam à segurança emiradense, diferente em forma e volume, mas igualmente perigoso, é enfrentado com combinação de métodos convencionais visando fortalecer defesa e segurança domésticas e métodos não convencionais não violentos com abordagem positiva geral. Os EAU fortaleceram sua estrutura convencional de defesa aérea adquirindo o sistema sul-coreano de mísseis terra ar de médio alcance Cheongung II (M-SAM) e as baterias de defesa antimíssil indo-israelenses Barak 8, visando proteger o território interno contra-ataques aéreos com SARP ou foguetes dos Houthis (Litsas, 2023, p. 286–290).

Por outro lado, os EAU não se opõem às ações israelenses contra o Hezbollah no Líbano e Síria. Ademais, alguns analistas apontam que os EAU ajudariam Israel a alcançar seus objetivos em seu território, enquanto possuem convergências de agendas e colaboração no Mar Vermelho, Sudão e Chifre da África (Dana, 2023).

Por outro lado, os EAU empregaram extensivamente grupos armados não estatais no Iêmen. A composição dessas forças reflete uma abordagem deliberadamente multinacional, tendo mobilizado centenas de mercenários colombianos e de outras nacionalidades latino-americanas e 14 mil combatentes sudaneses regulares e paramilitares—incluindo número significativo de crianças-soldado. Essa terceirização da violência através de atores coercitivos para-institucionais permitiu aos EAU minimizar a

presença de forças emiradenses no terreno enquanto financiavam e coordenavam aproximadamente 90 mil membros de milícias locais iemenitas. Essa arquitetura de substituição criou nos líderes emiradenses a percepção equivocada de que a combinação entre mercenários estrangeiros e armamento sofisticado dos EAU poderia fortalecer sua posição geopolítica sem os custos políticos e humanos do engajamento militar direto (Hursh, 2020, p. 124–126; Kabandula; Donelli, 2024, p. 402–403; Krieg, 2024, p. 460, 466–469).

A intensificação das ações militares israelenses contra o Hizbollah e contra alvos iranianos alterou o equilíbrio estratégico no Iêmen, reduzindo indiretamente a ameaça representada pelos Houthis e reconfigurando a convergência entre Arábia Saudita e EAU nesse teatro. Esse novo contexto reordenou os arranjos de acomodação de esferas de influência, marcado pela ascendência saudita no Iêmen. Como consequência, observou-se a retirada gradual de forças apoiadas por Abu Dhabi no sul do país e a desorganização dos grupos armados anteriormente patrocinados, evidenciando o esgotamento e fracasso de sua estratégia de projeção indireta de poder (Bianco, 2026; Lynch, 2026; Ulrichsen, 2026).

O levante na Síria ameaçou a configuração autocrática de poder tanto na Síria quanto no Golfo, levando os atores estatais a adotarem estratégias de sobrevivência voltadas a conter oponentes e desviar atenção do movimento reformista que engolfava a região. A crise síria abriu caminho para a intervenção militar efetiva de diversas forças iranianas. Por isso, os EAU ofereceram apoio político, financeiro e logístico discreto a grupos armados de oposição considerados aceitáveis por parceiros ocidentais e árabes, guiados menos por ideologia pré-revolucionária e mais por contenção da influência iraniana e de atores islamistas vinculados à Irmandade Muçulmana. Com a fragmentação da oposição e consolidação militar do regime, a política emiradense tornou-se progressivamente cautelosa, levando Abu Dhabi a reduzir apoio direto a rebeldes e reorientar-se para normalização limitada com Damasco. Isso acomodou relações com Rússia e Irã, além de abrir oportunidades para empresas emiradenses beneficiarem-se economicamente na Síria ao lado de companhias chinesas (Khatib, 2019, p. 386, 393–394). Contudo, as ações israelenses e turcas em 2024 frustraram, em última instância, os interesses de Abu Dhabi. A ascensão de um novo regime de origem sunita radical apoiado pela Turquia parece ter reduzido significativamente a influência dos EAU na Síria.

Para os EAU, a perspectiva de Catar e Turquia empoderarem sociedade civil e influenciadores seculares e islamistas era intolerável, tornando a Líbia peça-chave na disputa por nova ordem pós-revolucionária. Os EAU construíam redes através da divisão revolucionária emergente. O apoio material e logístico de Abu Dhabi foi fundamental para o modelo de franquia do Exército Nacional Líbio (LNA) que permitiu a Haftar cooptar brigadas competidoras. Em troca de lealdade, as brigadas obtinham apoio financeiro, material e logístico emiradense, contornando o embargo de armas.

Os EAU forneceram ao LNA superioridade aérea contra forças ocidentais que, até 2019, não possuíam força aérea própria. Em 2020, financiaram sistemas Pantsir S-1 críticos

para defesa contra SARPs turcos fornecidos ao Governo de Acordo Nacional (GNA). Desde então, formalizaram relações com milícias sudanesas via empresas militares privadas para emprego na Líbia. O uso de mercenários tornou-se decisivo na batalha por Trípoli em 2019, quando 2000 operadores russos do Grupo Wagner se integraram ao LNA fornecendo impulso moral e assessoria tática. Os EAU facilitaram redes entre Wagner e Haftar, tornando-se principal aliado russo no Norte da África. Com presença direta desde 2014, os Emirados estabeleceram no aeroporto Al-Khadim sua principal base no país, hospedando aeronaves e uma base operacional avançada no leste líbio (Krieg, 2024, p. 461–466).

Entretanto, como exposto na seção anterior, a intervenção direta da Turquia em apoio ao GNA, alterou decisivamente o equilíbrio militar do conflito. Assim, a partir de 2020, produziu-se um impasse militar que evidencia os limites estruturais da estratégia emiradense de projeção indireta de poder frente ao engajamento direto de Ancara.

Onde a atuação em rede dos Emirados se destaca é na África. Além de fornecedor de tropas para Abu Dhabi, o Sudão tem valor como espaço-chave para conter a influência de rivais regionais, especialmente Catar e Turquia, e como elo estratégico entre o Golfo, o Mar Vermelho e o Chifre da África. Nesse contexto, os EAU aprofundaram sua presença por meio de apoio político e militar às elites de segurança sudanesas no período pós-Bashir, buscando moldar a transição política de modo favorável aos seus interesses e à sua agenda anti-islamista, ainda que isso tenha contribuído para a fragmentação interna do país e para o agravamento do conflito e das dificuldades de consolidação de uma ordem política estável (Kabandula; Donelli, 2024, p. 396, 400).

Como desdobramento, desde 2015, os EAU estenderam sua influência para a Somália, onde financiam centro de treinamento em Mogadíscio, tendo formado brigadas do Exército Nacional Somali e forças especiais. Em 2023, novo acordo fortaleceu institucionalmente as forças somalis contra o Al-Shabaab, com forças especiais emiradenses desdobradas em Puntland. Essa presença insere-se em competição geopolítica direta com a Turquia, tornando a Somália principal espaço de fricção entre Ancara e Abu Dhabi no continente. Paralelamente, os EAU expandiram atuação: em Moçambique, doaram veículos blindados e firmaram acordos antiterrorismo; no Quênia, Chade e Sudão, proveram assistência contra ISIS, Boko Haram e Al-Shabaab; na Etiópia, apoiaram o governo na guerra do Tigré (2020–2022) com ponte aérea, treinamento e SARPs; no Congo, combinaram apoio policial com exploração mineral; em Angola, articularam vendas navais e investimentos portuários. Esse padrão revela estratégia de projeção indireta e pragmática baseada em apoio logístico, operações especiais e SARPs, vinculada à agenda antiterrorista e proteção de rotas comerciais e interesses econômicos estratégicos.

Os insucessos dos EAU em outros teatros, explicam sua ênfase no continente africano, onde a atuação de rivais e grandes potências equivalem, sem riscos substantivos. Como resultado, entre 2022 e 2023, os EAU consolidaram-se como principal ator extrarregional na África, com investimentos estimados em US\$ 97 bilhões—cerca de três vezes

superiores aos da China—e parcerias de segurança com mais de uma dezena de países no Norte da África, Sahel e África Oriental. Essa projeção combina interesses e instrumentos econômicos, logísticos e militares orientados declaradamente à contenção de grupos jihadistas afiliados ao Estado Islâmico, Al-Qaeda e outras redes insurgentes, bem como no acesso a recursos e rotas. Abu Dhabi forneceu transporte aéreo, veículos blindados e apoio institucional a Mauritânia, Mali, Burkina Faso e Nigéria, além de contribuir financeiramente com a Força Conjunta do G5 Sahel (IISS, 2024).

A inserção dos EAU no ambiente global do século XXI depende de sua capacidade de assegurar ambições neo-mercantilistas, garantindo acesso a rotas comerciais vitais, pontos de estrangulamento e hubs logísticos regionais. Iêmen e Líbia são peças-chave nesse controle de cadeias de suprimento e corredores logísticos: no Iêmen, o foco é o acesso marítimo ao Estreito de Bab El Mandab; na Líbia, o corredor para o Sahel e África subsaariana, onde Abu Dhabi desenvolve redes locais com comunidades, formuladores de políticas e atores armados não estatais. Assim, a guerra ideológica contra o Islamismo político e a criação de substitutos autoritários como Sisi no Egito, Haftar na Líbia e Al Zubaidi no Iêmen não são fins em si, mas instrumentos para gerar acesso e influência em teatros estratégicos vis-à-vis competidores importantes (Krieg, 2024, p. 460).

Contudo, o sucesso dessa estratégia de atuação por redes de substitutos parece prosperar apenas onde não existem forças combatentes convencionais diretas ou apoiadas por rivais mais fortes e interessados. Apesar de sucessos iniciais, a avaliação mais recente da autonomia estratégica dos Emirados parece lhe ser desfavorável. Evidenciam-se os limites de um país pequeno, mesmo dispondo de vastos recursos adicionais além dos militares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Turquia e Emirados Árabes Unidos modificaram significativamente suas políticas externas e de segurança a partir de meados da década de 2010. A Turquia, historicamente orientada ao Ocidente e dependente de poder brando, promoveu inflexão estratégica profunda após a Primavera Árabe, passando a empregar instrumentos militares diretos e por procuração. Em menos de quinze anos, reestruturou sua base industrial de defesa e consolidou-se como polo global na produção e exportação de SARP de combate (Khalilzada, 2022, p. 96–98).

Essa doutrina operacional, combinada a outros recursos de poder e a uma grande estratégia coerente, sustentou presença militar robusta e permanente no Qatar, Somália, Azerbaijão, Síria e Líbia. Simultaneamente, a Turquia manteve relações diplomáticas pragmáticas e equilibradas com rivais regionais e grandes potências, ampliando sua margem de manobra estratégica e autonomia decisória internacional (Rossiter; Cannon, 2022, p. 11–11).

Os EAU foram uma tutela britânica até 1971, mantendo, nas primeiras décadas de sua independência, forças armadas limitadas, predominantemente compostas por oficiais e

contingentes cedidos ou assessorados pelo Reino Unido. Após 1996, Abu Dhabi centralizou instituições de segurança e defesa, promovendo investimento sistemático na modernização militar e industrial, embora com elevada dependência de pessoal expatriado (Samaan, 2024). Para superar limitações demográficas, os EAU adquiriram armamentos avançados e participaram de operações conjuntas com potências ocidentais no Afeganistão, Iraque e Kosovo, profissionalizando suas forças. Paralelamente, passaram a utilizar empresas militares e de segurança privadas sediadas em seu território, ampliando sua capacidade de projeção de poder além das forças regulares. Esse arranjo institucional, aliado às características de Estado-plataforma de recursos financeiros abundantes, sustentou política externa proativa após a Primavera Árabe (Henderson, 2017). Os EAU construíram extensas redes com atores estatais e não estatais globalmente, demonstrando habilidade para antecipar, influenciar e moldar dinâmicas políticas e de segurança no Grande Oriente Médio. Essa abordagem consolidou sua posição como ator central em fóruns regionais e polo de influência indireta perante potências regionais e extrarregionais (Krieg, 2024, p. 454–455).

Turquia e EAU não se classificam facilmente como potências revisionistas ou situacionistas, variando entre posturas pragmáticas, conservadoras ou disruptivas conforme o contexto. A Turquia adotou postura revisionista na Primavera Árabe, propondo-se como modelo de democracia islâmica, enquanto os EAU mantiveram política conservadora, apoiando forças contrarrevolucionárias. Na Líbia, ocupam posições opostas: a Turquia patrocina o Governo de Unidade Nacional (GNU), legitimado pela ONU, enquanto os EAU apoiam o Exército Nacional Líbio (LNA), sem reconhecimento internacional. Assim, ambos escapam às definições convencionais de potências médias e emergentes (Jordaan, 2003).

Quando se aplica o modelo conceitual proposto de autonomia estratégica aos casos da Turquia e EAU, chega-se a uma análise que permite ter uma visão ampla de suas inserções internacionais, como demonstrado na Tabela 8 abaixo.

Tabela 8 — Componentes da Autonomia Estratégica aplicados à Turquia e Emirados Árabes Unidos

Componente da autonomia estratégica	Turquia	Emirados Árabes Unidos
(i) Busca por status regional ou inter-regional	Atuação militar e diplomática no Oriente Médio, Cáucaso, Norte da África e Mar Negro; papel central no Mar Negro e na mediação Rússia–Ucrânia; liderança no eixo Turquia–Azerbaijão	Projeção no Golfo, Mar Vermelho, Chifre da África e Norte da África; ativismo diplomático extarregional; centralidade como hub logístico, financeiro e político no Oriente Médio
(ii) Primazia	da Externalização de ameaças curdas; Política externa assertiva como instrumento de	

Componente da autonomia estratégica	Turquia	Emirados Árabes Unidos
estabilidade do regime doméstico	operações externas como reforço da coesão nacional e do discurso de soberania e independência estratégica	prevenção de contágio político pós-Primavera Árabe; intervenções indiretas para moldar ambientes regionais considerados hostis
(iii) Diversificada alianças e parcerias	Membro da OTAN, mas coopera militarmente com Rússia (S-400), de dialoga com Irã, mantém relações com Ucrânia e busca equilíbrio frente à EUA, UE e Rússia	Sede de forças dos EUA e França; aprofundamento de vínculos com China e Rússia; relações pragmáticas com múltiplos polos regionais e extrarregionais
(iv) Redução da dependência externa em defesa	Forte investimento na indústria nacional de defesa; autonomia em SARPs, mísseis, veículos blindados e sistemas C4ISR	Expansão de conglomerados como EDGE; produção local, coprodução e absorção tecnológica; foco em SARPs, munições guiadas e sistemas terrestres. <i>Profunda dependência de expatriados</i>
(v) Exportação de capacidades instrumentais de influência	Exportação de SARPs e sistemas militares como aliados; presença militar no Somália, Azerbaijão, Síria e Líbia	Exportação de serviços de segurança, apoio a parceiros regionais, uso de empresas militares privadas; presença e influência no Chifre da África, Líbia e Mar Vermelho. <i>Dependência de expatriados e agentes militares estrangeiros</i>

Fonte: elaborado pelo autor

Os resultados dessa análise permitem inferir as causas do maior sucesso turco em comparação ao emiradense. Enquanto a Turquia amplia progressivamente sua capacidade objetiva de autonomia militar, os EAU mantêm substantiva dependência de recursos e capacidades externas para produção e emprego de meios militares, com limitado efeito multiplicador real. A atuação por meio de agentes por procuração e empresas militares privadas compensa apenas parcialmente a falta de capacidades militares correspondentes aos objetivos de política externa, com limitados custo e exposição (Krieg; Rickli, 2018). Entretanto, alternativas ao curso de ação dos EAU são difíceis de conceber, tornando-se seus limites evidentes no médio prazo quando comparados à performance turca. No longo prazo, ambos enfrentarão o desafio de sustentar suas agendas de autonomia estratégica durante processos de transição política doméstica, tendencialmente conflituosos.

REFERENCIAS

ALTIOK, Huzeyfe; BAKIR, Ali. Exploring the limitations of the UAE's hard power. **Defense & Security Analysis**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 714-730, 2025.

ALTUNISIK, Meliha. Turkey's foreign policy toward Israel: co-existing of ideology and pragmatism in the age of global and regional shifts. **International Politics**, [s. l.], p. 1-24, 2024.

ALTUNIŞIK, Meliha Benli. The trajectory of a modified middle power: an attempt to make sense of Turkey's foreign policy in its centennial. **Turkish Studies**, [s. l.], v. 24, n. 3-4, p. 658-672, 2023.

ANTWI-BOATENG, Osman; ALHASHMI, Amira Ali. The emergence of the United Arab Emirates as a global soft power: current strategies and future challenges. **Economic and Political Studies**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 208-227, 2022.

ANTWI-BOATENG, Osman; BINHUWAIDIN, Mohammed. Beyond rentierism: the United Arab Emirates' exceptionalism in a turbulent region. **Contemporary Arab Affairs**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 522-536, 2017.

ARDEMAGNI, Eleonora. Yemen's Defence Structure: Hybridity and Patronage after the State. **Journal of Arabian Studies**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 72-89, 2020.

AYDIN-DÜZGİT, Senem; KUTLAY, Mustafa; KEYMAN, E. Fuat. Strategic autonomy in Turkish foreign policy in an age of multipolarity: lineages and contradictions of an idea. **International politics (Hague, Netherlands)**, [s. l.], 2025.

BALTA, Evren; BAL, Hatice Betül. How do middle powers act? Turkey's foreign policy and Russia's invasion of Ukraine. **International Politics**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41311-025-00679-9>. Acesso em: 4 jan. 2026.

BALTA, Evren; ÖZEL, Soli. Turkey's Foreign Policy: Opportunities and Constraints in a New Era. **Social research**, New York, v. 88, n. 2, p. 539-560, 2021.

BIANCO, Cinzia. From partners to rivals: What the Saudi-UAE rupture means for Europeans – European Council on Foreign Relations. In: ECFR. 13 jan. 2026. Disponível em: <https://ecfr.eu/article/from-partners-to-rivals-what-the-saudi-uae-rupture-means-for-europeans/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

BITZINGER, Richard. **Towards a Brave New Arms Industry?** London: Routledge, 2003.

CASARÕES, Guilherme; LOPES, Dawisson Belém; GAMA, C. Uma tragédia de potência média: armadilhas e contradições na busca brasileira por revisionismo institucional. *In*: FUCCILLE, Alexandre; PASSOS, Rodrigo (org.). **Visões do Sul: crise e transformações do sistema internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 115-148.

ÇELIK, Gürkan. **Turkey in transition: the dynamics of domestic and foreign politics** /. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2020.

COOPER, Andrew F.; HIGGOTT, Richard A.; NOSSAL, Kim R. **Relocating Middle Powers: Australia and Canada in a Changing World Order**. [S. l.]: University of British Columbia Press, 2007. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.59962/9780774853736/html>. Acesso em: 12 jan. 2026.

CZEREP, Jedrej. Turkey's soft power experiments and dilemmas in Somalia. *In*: BACH, Jean-Nicolas (org.). **Routledge Handbook of the Horn of Africa**. London: Routledge, 2022. p. 151-161.

DADPARVAR, Shabnam; PARTO, Amin. China and the transfer of military technology to the Middle East: dimensions, developments, and challenges. **British Journal of Middle Eastern Studies**, [s. l.], v. 0, n. 0, p. 1-20, 2025.

DAG, Oguzhan. **AN R&D ROADMAP FOR TURKISH DEFENSE INDUSTRY**. 2020. Tese de Doutorado - Middle East Technocal University, Ankara, 2020.

DANA, Tariq. The New (Dis)Order: The Evolving UAE-Israel Security Alliance. **Journal of Palestine Studies**, [s. l.], v. 52, n. 3, p. 62-68, 2023.

DEL SARTO, Raffaella A.; SOLER I LECHA, Eduard. Regionalism and Alliances in the Middle East, 2011-2021: From a "Flash in the Pan" of Regional Cooperation to Liquid Alliances. **Geopolitics**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 1447-1473, 2024.

DEMIR, Imran. The Turkish Policy to Remove Syrian President Assad: Overconfidence Obscures Risks and Magnifies Failure. *In*: DEMIR, Imran (org.). **Overconfidence and Risk Taking in Foreign Policy Decision Making: The Case of Turkey's Syria Policy**. Cham: Springer International Publishing, 2017. p. 41-79. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-52605-8_4. Acesso em: 7 jan. 2026.

DEMIRYOL, Tolga; SOYALTIN-COLELLA, Digdem. The Geopolitics of Turkey's Rise as a Drone Power. **Georgetown journal of international affairs**, Washington, v. 25, n. 1, p. 12-20, 2024.

DİNÇER, Osman Bahadır. The legacy of the Arab uprisings on Turkey's foreign policy: Ankara's regional power delusion. **Cambridge Review of International Affairs**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 245-264, 2024.

EGELİ, Sıtkı. Making Sense of Turkey's Air and Missile Defense Merry-go-round. In: ALL AZIMUTH. 2018. Disponível em: <https://www.allazimuth.com/2018/12/23/making-sense-of-turkeys-air-and-missile-defense-merry-go-round/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ERCAN, Cihan; KALE, İzzet. The role of space in the security and defence policy of Turkey. A change in outlook: Security in space versus security from space. **Space Policy**, [s. l.], v. 42, p. 17-25, 2017.

ESEN, Berk. Praetorian Army in Action: A Critical Assessment of Civil-Military Relations in Turkey. **Armed Forces & Society**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 201-222, 2021.

ESEN, Berk; GUMUSCU, Sebnem. Turkey: How the Coup Failed. **Journal of democracy**, Baltimore, v. 28, n. 1, p. 59-73, 2017.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

GÖZEN ERCAN, Pınar (org.). **Turkish Foreign Policy**. Cham: Springer International Publishing, 2017. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-50451-3>. Acesso em: 7 jan. 2026.

GREENE, Samuel R. The limits of exporting the homeland security construct: lessons from the Gulf. **Defence Studies**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 231-252, 2022.

HENDERSON, Christian. The UAE as a Nexus State. **Journal of Arabian Studies**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 83-93, 2017.

HOLBRAAD, Carsten. **Middle Powers in International Politics**. London: Palgrave Macmillan UK, 1984. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-1-349-06865-4>. Acesso em: 12 jan. 2026.

HURSH, John. International humanitarian law violations, legal responsibility, and US military support to the Saudi coalition in Yemen: a cautionary tale. **Journal on the Use of Force and International Law**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 122-155, 2020.

IISS. **Military Balance**. London: Routledge, 2025.

IISS. **The UAE as a security partner in Africa**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.iiss.org/publications/strategic-comments/2024/12/the-uae-as-a-security-partner-in-africa/>. Acesso em: 27 dez. 2025.

JANE'S DEFENCE. **United Arab Emirates Country Profile**. Londres: [s. d.], 2025. Disponível em: <https://customerportal.janes.com/entity/country/4bxgUCdLUTa8oGEg92KSzx/fragment/4DW0F2likIj9GnUsYswbO> q. .

JEBNOUN, Nouredine. OUTSOURCING VIOLENCE: PARA-INSTITUTIONAL COERCIVE ACTORS IN THE UNITED ARAB EMIRATES' REGIONAL ACTIVISM. **Arab Studies Journal**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 2022, 38-78.

JORDAAN, Eduard. The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers. **Politikon**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 165-181, 2003.

KABANDULA, Abigail; DONELLI, Federico. Drivers of influence of Saudi Arabia and the United Arab Emirates in East Africa: Evidence from Sudan. **South African Journal of International Affairs**, [s. l.], v. 31, n. 4, p. 389-409, 2024.

KAHLER, Miles. Rising powers and global governance: negotiating change in a resilient status quo. **International Affairs**, [s. l.], v. 89, n. 3, p. 711-729, 2013.

KEŞVELİOĞLU, Ozan Ahmet Çetin, Abdullah. Artificial Intelligence in National Security: Strategic Priorities of Türkiye and the UAE. **Insight Turkey**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 245-269, 2025.

KHALİLZADA, Javadbay. The Proliferation of Combat Drones in Civil and Interstate Conflicts: The Case of Türkiye and Azerbaijan. **Insight Turkey**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 89-108, 2022.

KHATIB, Line. Syria, Saudi Arabia, the U.A.E. and Qatar: the 'sectarianization' of the Syrian conflict and undermining of democratization in the region. **British Journal of Middle Eastern Studies**, [s. l.], v. 46, n. 3, p. 385-403, 2019.

KOÇAK, Muhammet; AKGÜL, Musa. Quest for regional power status : Explaining Turkey's assertive foreign policy. **International Journal: Canada's Journal of Global Policy Analysis**, [s. l.], v. 77, n. 2, p. 292-312, 2022.

KOUKOUDAKIS, George. Drones' contribution to the transformation of contemporary warfare. **Journal of military studies**, Helsinki, v. 13, n. 1, p. 24-32, 2024.

KRAUSE, Keith. **Arms and the State: Patterns of Military Production and Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. (Cambridge Studies in International Relations). Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/arms-and-the-state/473B77DA3A319E81DBFFDD2FF4BF9699>. Acesso em: 15 jan. 2026.

KRIEG, Andreas. Security assistance to surrogates – how the UAE secures its regional objectives. **Mediterranean Politics**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 454–477, 2024.

KRIEG, Andreas; RICKLI, Jean-Marc. Surrogate warfare: the art of war in the 21st century?. **Defence Studies**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 113–130, 2018.

LITSAS, Spyridon N. **Smart Instead of Small in International Relations Theory: The Case of the United Arab Emirates**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2023. (Contributions to International Relations). Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/978-3-031-44637-5>. Acesso em: 27 dez. 2025.

LULECI-SULA, Cagla. Domestic threats and foreign policy agenda: a security perspective on Turkey's Iran policy. **British journal of Middle Eastern studies**, Exeter, v. 47, n. 5, p. 723–740, 2020.

LYNCH, Marc. The Saudi Arabia-UAE Dispute Is About More Than Just Yemen. In: FOREIGN POLICY. 4 fev. 2026. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2026/01/08/saudi-arabia-uae-dispute-yemen-sudan/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

MARGULIS, Drew. Turkey After the F-35 Cancellation: the Potential Impact on Cyprus. **defense & foreign affairs strategic policy**, [s. l.], v. 8, p. 8–10, 2019.

MARSHALL, Shana. **The Role of the Gulf States in Expanded Weapons Production in the Global South - PRISME**. [S. l.]: Prisme Initiative, 2024. Disponível em: <https://prismeinitiative.org/publications/role-gulf-states-expanded-weapons-production-global-south-shana-marshall/>. Acesso em: 21 set. 2025.

MASON, Robert. From “Relative Autonomy” to “Relational Autonomy”? A Reappraisal of GCC State-Building and Foreign Policy. **Journal of Arabian Studies**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 289–308, 2024.

MAZZUCCO, Leonardo Jacopo Maria; ALEXANDER, Kristian P. Defence exhibitions in the United Arab Emirates and Saudi Arabia: strategic signalling, industrial aspirations, and economic diversification. **Defense & Security Analysis**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 646–668, 2025.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Co., 2003.

MEVLUTOGLU, Arda. **The Future of Turkey's Airpower: The Fifth Generation Challenge**. Ankara: SET VAKFI İktisadi İşletmesi, SETA VAKFI, 2020.

MILAN, Francesco F.; BASSIRI TABRIZI, Aniseh. Armed, unmanned, and in high demand: the drivers behind combat drones proliferation in the Middle East. **Small Wars & Insurgencies**, [s. l.], v. 31, n. 4, p. 730-750, 2020.

MILANI, Carlos R. S.; DUARTE, Rubens De Siqueira. Antidemocratic Politics and Regional Powers' Multilateral Foreign Policies: Comparing Brazil and Türkiye. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 67, n. 2, p. e024, 2024.

MORGAN, Patrick M. The State of Deterrence in International Politics Today. **Contemporary Security Policy**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 85-107, 2012.

ÖNIŞ, Ziya; ULUYOL, Yalkun. Middle Powers Between the West and the "Rest": Turkey During the Russian War on Ukraine — IR. **Uluslararası İlişkiler**, [s. l.], v. 22, n. 86, p. 5-25, 2025.

OSTOVAR, Afshon. The Grand Strategy of Militant Clients: Iran's Way of War. **Security Studies**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 159-188, 2019.

ÖZDEMİR, Erman Akıllı, Gloria Shkurti. Reinforcing Strategic Autonomy through Technological Power: Türkiye's Position in the Emerging Technopolar Order. **Insight Turkey**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 127-148, 2025.

PAKIN-ALBAYRAKOGLU, Esra. From "Innovative Diplomacy" to "Innovation Diplomacy": The Case of the United Arab Emirates. **Perceptions (Ankara, Turkey)**, Balgat, v. 27, n. 2, p. 218-237, 2022.

PARLAR DAL, Emel; DIPAMA, Samiratou. Assessing the Diffusion of Military Power Capacity of Middle Powers: The Case of Turkey. **Journal of Balkan and Near Eastern studies**, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 530-558, 2025.

REIS, Oswaldo. **O papel de potências médias na unipolaridade: Projeto Líderes Regionais e Segurança Internacional: IBSA**. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

ROBERTS, David B. Bucking the Trend: The UAE and the Development of Military Capabilities in the Arab World. **Security Studies**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 301-334, 2020.

ROSSITER, Ash. Drone usage by militant groups: exploring variation in adoption. **Defense & Security Analysis**, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 113–126, 2018.

ROSSITER, Ash; CANNON, Brendon J. Turkey's rise as a drone power: trial by fire. **Defense & Security Analysis**, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 210–229, 2022.

ROSSITER, Ash; YATES, Athol. Abu Dhabi's drive for defence industrialization: paramountcy of the economic diversification agenda. **Defence Studies**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 407–424, 2025.

SAHIDE, Ahmad; ATES, Ahmet; MAKSUM, Ali. Turkey's Revisionist Foreign Policy in Middle East Politics: Strategic Positioning amid the Iran-Saudi Rivalry. **Obrana a strategije**, Brno, v. 25, n. 1, p. 129–145, 2025.

SAMAAN, Jean-Loup. Indigenous Military Reforms from the Outside: The Paradox of the UAE Armed Forces Modernisation. **Defence Studies**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 65–83, 2024.

SAMAAN, Jean-Loup. Small state strategies towards military self-reliance: a comparative study of the UAE and Singapore. **Asian Security**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 109–124, 2025.

SARIEDDINE, Toufic. The Slippery Pearl: A World-Systems Assessment of China's Economic Hegemony in the United Arab Emirates. **Middle East Critique**, [s. l.], v. 34, n. 4, p. 895–919, 2025.

SATANA, Nil S.; DEMIREL-PEGG, Tijen. Military Counterterrorism Measures, Civil-Military Relations, and Democracy: The Cases of Turkey and the United States. **Studies in Conflict & Terrorism**, [s. l.], v. 43, n. 9, p. 815–836, 2020.

SEREN, Merve. **Turkey's Military Spending Trends: A Reflection of Changes in Defense Policy**. Ankara: SET VAKFI İktisadi İşletmesi, SETA VAKFI, 2020.

SIM, Li-Chen; FULTON, Jonathan. Implications of a regional order in flux: Chinese and Russian relations with the United Arab Emirates. **Cambridge Review of International Affairs**, [s. l.], v. 34, n. 4, p. 551–569, 2021.

SNYDER, Quddus Z. Integrating rising powers: liberal systemic theory and the mechanism of competition. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 209–231, 2013.

SOUBRIER, Emma. The Gulf defence industry, at the cutting (h)edge of multi-level power strategies. **Defense & Security Analysis**, [s. l.], v. 0, n. 0, p. 1–19, 2025.

SOYALTIN-COLELLA, Digdem; DEMIRYOL, Tolga. Unusual middle power activism and regime survival: Turkey's drone warfare and its regime-boosting effects. **Third world quarterly**, London, v. 44, n. 4, p. 724-743, 2023.

SPEKTOR, Matias. In Defense of the Fence Sitters. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 102, n. 3, 2023. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/world/global-south-defense-fence-sitters>. Acesso em: 28 out. 2025.

STANICEK, Branislav. **turkey: Remodelling the eastern Mediterranean**. Bruxelas: European Parliamentary Research Service, 2020.

STINCHFIELD, Bryan T. Small groups of investors and their private armies: the ascendance of private equity firms and their control over private military companies as further evidence of epochal change theory. **Small Wars & Insurgencies**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 106-130, 2020.

SÜSLER, Buğra. Turkey and BRICS: Strategic autonomy and a search for new partnerships in a post-Western world. **South African Journal of International Affairs**, [s. l.], v. 32, n. 1-2, p. 175-196, 2025.

TEZCÜR, Günes Murat (org.). **The Oxford Handbook of Turkish Politics**. New York, NY: Oxford University Press, 2022.

TUFEKCI, Ozgur. **The Foreign Policy of Modern Turkey: Power and the Ideology of Eurasianism**. London: I.B. Tauris, 2017.

TURQUIA. **Twelfth Development Plan (2024-2028)**. Ankara: Presidency of Strategy and Budget, 2023. Disponível em: https://www.sbb.gov.tr/wp-content/uploads/2025/03/Twelfth-Development-Plan_2024-2028.pdf.

ULRICHSEN, Kristian Coates. **Saudi-UAE bust-up over Yemen was only a matter of time – and reflects wider rift over vision for the region**. [S. l.], 2026. Disponível em: <http://theconversation.com/saudi-uae-bust-up-over-yemen-was-only-a-matter-of-time-and-reflects-wider-rift-over-vision-for-the-region-273083>. Acesso em: 22 jan. 2026.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. 1. ed. Reading: Addison Wesley Publishing Company, 1979.

YATES, Athol. Challenging the accepted understanding of the executive branch of the UAE's Federal Government. **Middle Eastern Studies**, [s. l.], v. 57, n. 1, p. 119-133, 2020.

YATES, Athol. Western Expatriates in the UAE Armed Forces, 1964-2015. **Journal of Arabian Studies**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 182-200, 2016.

YETIM, Mustafa; KAŞIKCI, Tamer. Re-adapting to Changing Middle Eastern Politics: The Modification in Turkey's Actor Perception and Turkey-Free Syrian Army (FSA) Relations. **Contemporary review of the Middle East (Online)**, New Delhi, India, v. 8, n. 2, p. 193-209, 2021.

ZAHLAN, R. Said Said. **The Origins of the United Arab Emirates: A Political and Social History of the Trucial States**. London: Palgrave Macmillan, 1978.